

CHRISTIANO EDUARDO FERREIRA

**O caso longaretti: crime, cotidiano e imigração no interior paulista**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Michael McDonald Hall.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 23 / 02 / 2005

BANCA

  
Prof. Dr. Michael McDonald Hall (orientador)

  
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (membro)

  
Prof. Dr. Karl Martin Monsma (membro)

FEVEREIRO/2005

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	F413c
V	EX
TOMBO BC/	66504
PROC.	16-0.00086-25
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	12/12/05
Nº CPD	

CAMP

374356

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

F413c	<p>Ferreira, Christiano Eduardo. O caso Longaretti : crime, cotidiano e imigração no interior paulista / Christiano Eduardo Ferreira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.</p> <p>Orientador: Michael McDonald Hall. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Migração. 2. Crime e criminosos. 3. Café – Cultivo. 4. Acusação (Processo penal) – São Paulo (Estado). I.Hall, Michael McDonald. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Palavras -chave em inglês (Keywords): Emigration and immigration.  
Crime and criminals.  
Coffee growing.  
Police charges – São Paulo (State).

Área de concentração: História.

Titulação: Mestre em história social do trabalho.

Banca examinadora: Michael McDonald Hall, Cláudio Henrique de Moraes Batalha, Karl Monsma.

Data da defesa: 23/02/2005.

## AGRADECIMENTOS

Este pedaço e pouco de página é a última coisa que escrevo. Pretende resumir aqui todos os agradecimentos e elogios devidos aos que contribuíram na realização de uma etapa singular da formação escolhida. Dois personagens abrem minha extensa lista por terem acompanhado mais intensamente que ninguém os efeitos colaterais do mestrado, mesmo sem nada saber a respeito desse estranho mundo. A Pedro e Isadora, meus redutores e companheiros vitalícios, todos os abraços e beijos que um pai pode dar.

Na análise retrospectiva dos anos pelos quais se estendeu a pesquisa e redação, não há como não falar do Prof. Dr. Michael Hall, mestre desde a graduação e orientador incansável. Muito obrigado seria pouco pela compreensão e auxílio, mas superlativos o desagradariam imensamente: dessa forma, agradeço e espero ter retribuído a uma fração de suas expectativas.

Aos professores Cláudio Henrique de Moraes Batalha e Marco Aurélio Garcia, interlocutores freqüentes na graduação, agradecimentos pelo convívio daqueles anos e pelo ensinado.

A Unicamp, nas suas fronteiras e dialetos, abriga cada novo habitante numa unidade específica. Dentro da qual vivi, o IFCH, alguns se mostraram absolutamente essenciais no convívio diário, especialmente na tarefa tornar a universidade acessível a quem dela precisa. Ao Júnior, da secretaria da Pós, a Cláudia, do CEMI, a Ema, do AEL, a Deise, Solange e ao grande

946625002

“Muchacho”, da Biblioteca, meu reconhecimento de sua importância na trajetória de todo ifichiano e na minha em particular.

As fronteiras foram ignoradas na criação das amizades, assim como são ignoradas a distância e o tempo na sua manutenção. A Betão e Ananda, carcamanos do alto da serra e anfitriões de todas as horas, *grazie*. A todos com quem compartilhei teto, mesa, tempo e um campo de futebol, o convite para que voltemos a compartilhá-los.

À distância ficou a família durante grande parte do processo, distância que me fez reconhecer a sua importância. A Moysés Ferreira, que não viu o final do meu “professorado”, como ele dizia, a lembrança diária. Aos meus avós, pais e irmã agradeço e reconheço o apoio não só para o mestrado, e sim para a vida em seu inteiro.

O CNPq financiou esta pesquisa por dois anos através de bolsa do programa de pós-graduação do IFCH. Sem a bolsa teria sido impossível continuar estudando, situação vivida por grande parte dos meus colegas, a despeito de impressões distintas do público externo. Ao CNPq, à universidade pública e gratuita, longa vida e dias melhores.

Em vários momentos nos últimos anos vi-me compelido a finalizar este trabalho. Finalizo-o reconhecendo a importância daquela que verdadeiramente conviveu com o humor azedo, a euforia vizinha da apatia e as horas de ausência mantendo a serenidade que me cativou. Em parte pelo apoio e muito pela vida maravilhosa, quero que estejamos juntos em todas as fronteiras e idiomas que nos seja dado conhecer. A Adri, o meu amor.

## **RESUMO**

O assassinato de um fazendeiro por um colono seu empregado na entrada do século XX é o ponto de partida da presente dissertação, que pretende reconstituir, a partir de elementos tratados no processo-crime decorrente do homicídio, o cotidiano nas fazendas de café de São Paulo. Para tanto, é indicada a natureza do fenômeno migratório verificado no período, o contexto político da época e as circunstâncias desfrutadas pelos trabalhadores no regime de trabalho do colonato, de forma a tornar mais claro o papel desempenhado pelos imigrantes, especialmente os italianos, na estrutura social do país à época, além de contextualizar os testemunhos e relatos existentes sobre a lavoura paulista no momento do crime.

## **ABSTRACT**

The murder of a farmer by a coffee *colono* worker in the early XX is the starting point of the present work, which intends to reconstruct, with the elements of the criminal process, the every day life inside the coffee farms of Sao Paulo. To do so, it is pointed the nature of the transmigration sough in the period, the political context of those times and the circumstances under which the workers submitted to the *colonato* regime, to enlighten the role played by the immigrants, specially the italian ones, in the country's social structure then, as well as contextualize the testimonies and reports about the Sao Paulo coffee fields when the crime happened.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO – QUEM ERA E O QUE FEZ ANGELO LONGARETTI</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I – HISTORIOGRAFIA E IMIGRAÇÃO</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO II – DE 3ª. CLASSE</b>	<b>37</b>
2.1 CONDIÇÕES DE ATRAÇÃO	48
2.2 O TRABALHO E A VIDA NO COLONATO	57
2.3 RIO CLARO, OS SALLES E OS ANOS DA CRISE	71
<b>CAPÍTULO III – O PROCESSO LONGARETTI</b>	<b>81</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>95</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>99</b>

## INTRODUÇÃO – QUEM ERA E O QUE FEZ ANGELO LONGARETTI

Em 3 de outubro de 1900, um jovem colono italiano de 20 anos matou, com um tiro de garrucha, o seu patrão. O cenário do crime foi o terreiro de uma fazenda no município de Anápolis, interior do Estado de São Paulo, onde se amontoavam algumas centenas de almas em torno da cultura de café, que dominava não só esse local como todo o estado e compunha a principal riqueza da então recém-inaugurada república brasileira. As versões colocadas à época sobre os motivos que levaram o jovem a consumir o ato iam desde um crime político premeditado até um ato de vingança pela honra de suas irmãs, cuja inviolabilidade teria sido ameaçada pelo filho da vítima. O projétil homicida penetrou o corpo da vítima “de diante para trás e de cima para baixo, na direção do coração [...], órgão ofendido pelo lado direito”, na altura do osso externo. O cadáver jazia embaixo de um pé de café, distante aproximadamente quarenta metros da casa grande, quando foi encontrado pelas autoridades, horas depois do acontecido. Após disparar o tiro homicida o autor fugiu, embrenhando-se nas matas que circundavam a fazenda, sendo encontrado apenas alguns meses depois.

O estampido da garrucha ressoou não apenas nas vizinhanças da fazenda em questão; em São Paulo, no Brasil e na Itália manifestações contraditórias a seu respeito foram proferidas, numa mistura de pasmo, denúncia e interpretação. Enquanto lágrimas oficiais lamentavam o desaparecimento de um membro da classe proprietária e aproveitavam para pregar punição exemplar ao acusado, outras vozes tentavam justificar o ato desmedido do jovem com

base nas condições extremas a que estariam submetidos ele e sua família na fazenda que foi palco do crime. Assim, longe de ser mais um episódio de violência naquela sociedade que convivera com séculos de trabalho escravo, o crime ajuda a reconstituir uma parcela significativa do cotidiano dos trabalhadores e das relações sociais presentes àquele momento histórico, revelando tensões e contradições inerentes ao sistema social brasileiro na passagem do século XIX para o XX. O trabalhador acusado chamava-se Angelo Longaretti (ou Lungaretti, ou Ungaretto), e o fazendeiro assassinado atendia pelo nome de Diogo Eugênio de Salles.

Os Longaretti teriam chegado ao Brasil oito anos antes do crime, vindos de Bergamo, província lombarda distante sessenta quilômetros de Milão; depoimento do próprio Angelo, tomado durante o longo processo judicial de que foi objeto, indica a localidade de Ornica como sua naturalidade. Não sabemos muito mais sobre eles: a família seria composta por nove pessoas, mas destas restaram indícios sobre apenas seis deles, além de Angelo (seus pais, três irmãos e um irmão). Ao que tudo indica, viviam na fazenda de Diogo Salles desde que haviam chegado ao Brasil, e permaneceram trabalhando em fazendas de café após o homicídio; Angelo, encontrado pela polícia, foi preso e julgado por duas vezes, ficando na cadeia por oito anos. Ao sair da prisão retornou a Bergamo, falecendo de causas naturais em 1960.

A família da vítima ocupava a região da fazenda Nova América, palco do crime, fazia algum tempo, tendo se destacado tanto na atividade agrícola como na política. O destaque político da família Salles não esteve restrito, contudo, apenas ao planalto suavemente ondulado onde residiam; a vítima tinha sido senador no Congresso Legislativo paulista,<sup>1</sup> vários de seus

---

<sup>1</sup> Aloysio Pereira. "O assassino do major Diogo de Salles". In: *Coisas da nossa história*. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, 1985. p 39-41.

membros ocupavam posições no legislativo estadual e um deles, após seguir os passos óbvios de uma carreira política em São Paulo e tornar-se um dos principais líderes do movimento republicano, ultrapassou as fronteiras do estado e residia no palácio do Catete, no Rio de Janeiro, no momento do crime. Chamava-se Joaquim Ferraz de Campos Salles e era presidente da República à época.

A notoriedade dos Salles ajuda a explicar a visibilidade adquirida pelo caso, que acabou tornando-se objeto da atenção por parte não só das autoridades policiais e judiciárias encarregadas da punição ao assassino, mas também dos representantes do governo italiano no Brasil e da imprensa da época. Já no dia seguinte ao crime o representante consular do Reino na Itália no Rio de Janeiro indicava que “um italiano assassinou ao irmão do Presidente da República na sua fazenda”.<sup>2</sup> Alguns dias depois, em Bergamo, era noticiado que “o colono Angelo Lungaretti teve uma disputa com o patrão por diferença de contas: desgraçadamente a questão teve um desfecho fatal”.<sup>3</sup> Além desses relatos, uma série de outros tomaram conta dos jornais brasileiros, especialmente os paulistas, mostrando o impacto que o fato alcançou à época.

A vivíssima indignação que circulava nos relatos de condes, coronéis e barões representava apenas uma parcela das formas pelas quais o crime foi recebido. O assassinato revelava, mais que o destempero de um representante da raça considerada a mais adaptável ao clima, morigerada e trabalhadora de todas aquelas que vinham maciçamente ao Brasil naqueles

---

2 Ministero degli affari esteri. Telegramma in arrivo no. 2373. 4/10/1900.

3 “Italiano assassino – Ad Annapolis (Brasile) in una *fazenda* di proprietà di Diego Campos Salles, fratello del Presidente della Repubblica, lavorava la famiglia italiana Lungaretti. [...] Il colono Angelo Lungaretti ebbe una disputa con il padrone per differenza di conti: sciaguratamente la questione ha avuto uno scioglimento fatale.

anos, algumas das condições existentes no interior das fazendas de café de São Paulo, pois as motivações alegadas pelo jovem colono para justificar seu ato destacavam aspectos da vida cotidiana dos colonos nada idílicos. A garrucha de Longaretti ecoou durante longo tempo porque, além do desaparecimento de um poderoso fazendeiro, ganhavam um exemplo concreto as denúncias sistemáticas existentes no período sobre as condições de trabalho na lavoura bandeirante.

Dessa forma, o caso Longaretti oferece uma ocasião privilegiada para a interpretação parcial da sociedade brasileira naquele momento histórico. Pretendemos, nesse trabalho, reconstituir os dados mais relevantes do caso e relacioná-lo ao contexto social e político da época, mostrando como um objeto de recorte restrito pode contribuir para a compreensão de fenômenos amplos e complexos como a imigração e a transformação das formas e regimes de trabalho.

A ocorrência de um crime envolvendo imigrantes e brasileiros no período em questão não era absolutamente uma novidade. Ao folhear os jornais da época desfilam casos e mais casos de agressões, discussões, brigas e homicídios que têm como protagonistas indivíduos de diferentes nacionalidades, tanto no campo como na cidade, tornando a criminalidade um componente permanente da vida social em São Paulo. De bebedeiras e pequenos furtos até estupros e homicídios, passando por provocações de cunho étnico e nacionalista, vários eram os motivos que levavam nativos e forasteiros às vias de fato. A criminalidade proporcionou uma não

---

L'Angelo, cieco d'ira, ha assassinato il Campos Salles: l'uccisore non fu arrestato". *Nuova Gazzetta di Bergamo*,

desejada notoriedade a criminosos como Chico Tanoeiro e Dioguinho, conhecido como “terror do sertão” e atuante na região de Rio Claro, e a localidades paulistas como Jaú, cujos habitantes eram identificados como pessoas desapegadas à própria existência.

A violenta morte de Diogo Salles permite a reconstituição de uma parte da vida dos envolvidos e do contexto em que viviam pelo alcance que o fato alcançou naquele momento histórico. De acordo com Bilac,

“Em Analândia, local do crime, a polícia agiu violentamente, espancando vizinhos para arrancar depoimentos. Em Rio Claro, município onde os sallistas eram oposição, e local do julgamento, as simpatias pelo imigrante Angelo eram bastante fortes. Para sua defesa, os italianos de classe média contrataram um advogado famoso. O presidente da República, no Rio de Janeiro, enfrentava o fantasma da reação do governo italiano, pois o incidente extrapolou as dimensões locais, como acontecia com as questões envolvendo imigrantes e seus patrões”.<sup>4</sup>

A reconstituição proposta depara-se desde o início com dificuldades fundamentais. Como todo grupo e indivíduo de reduzida condição social, os testemunhos que deixaram os Longaretti são poucos, incompletos e repletos de intermediação. A percepção da família lombarda sobre o fato que lhes dá notoriedade só chega até nós por meio de discursos fragmentados, e o espaço de suas vidas passível de reconstituição abrange uma parcela ínfima de suas existências. Nesse ponto, a vida dos Salles é muito mais pródiga em testemunhos inteligíveis ao historiador, mas também mais laudatórios. Dessa forma, há desde o início um desequilíbrio na oferta de fontes sobre o caso e, principalmente, sobre seus personagens principais.

---

08/10/1900.

4 Maria Beatriz Bianchini Bilac. *As elites políticas de Rio Claro – recrutamento e trajetória*. Piracicaba/Campinas: Editora Unimep/Editora da Unicamp, Centro de Memória da Unicamp, 2001.

Em segundo lugar, há o problema da intermediação. Os testemunhos do acusado e seus familiares são mediados pelas diferentes autoridades às quais se submetiam naquele momento. Fatores como o analfabetismo e o desconhecimento do idioma nacional reforçam o papel dos intermediários, que acabam por direcionar os depoimentos de acusado, informantes e testemunhas rumo a situações desfavoráveis àquele, como veremos oportunamente. Dificuldade comum a todo trabalho historiográfico que se dedica ao estudo de processos envolvendo pessoas comuns, a ausência de testemunhos diretos de Angelo e sua família fez com que grande parte das condições atribuídas a eles seja inferida a partir de dados indiretos, teoricamente representativos da imensa maioria dos imigrantes. A ocorrência do crime, ou melhor, o registro da atividade criminal e do conflito possibilita que as atitudes e palavras dos lombardos sobrevivam de forma cognoscível no presente, retirando Angelo, seus pais e irmãos do anonimato reservado à esmagadora maioria de seus contemporâneos.<sup>5</sup>

A relevância do estudo do caso Longaretti relaciona-se a essa possibilidade de recuperação. Os lombardos se enquadram, em grande parte, naquilo que poderíamos chamar de uma “família-padrão” de imigrantes. Numerosos, setentrionais e quase todos analfabetos, mostram-se sujeitos à mesma pressão surda a que se submeteram centenas de milhares de peninsulares entre o final do século XIX e começo do XX. Como a imensa maioria de seus contemporâneos, permaneceriam incógnitos se Angelo não tivesse cometido o crime, ignorados nas brumas do passado eternamente. No entanto, Angelo, ao desferir o tiro fatal que pôs termo à vida de seu patrão, acabou por permitir que passos de sua vida e parte de sua condição possam ser

---

5 John Brewer e John Styles. “Popular attitudes to the law in the 18th century”. In M. Fitzgerald, G. McLennan, J. Pawson. *Crime and society: readings in history and theory*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981. p. 31.

recuperados. Isto posto, se por um lado os Longaretti podem ser considerados indivíduos típicos de uma época, visto que viveram situações semelhantes às de um contingente numericamente expressivo, por outro só podem ser tratados como objeto de conhecimento histórico por terem fornecido dados suficientes para a reconstituição de um momento de sua vida. O jovem Angelo, ao matar Diogo Salles, deixou de fazer parte do grande contingente migratório anônimo para tornar-se, na singularidade de um episódio de sua existência, objeto de interpretação histórica.

Abordar o caso não é tarefa inédita num trabalho historiográfico. Há estudos que citam o crime de Analândia na composição de quadros abrangentes e estruturais sobre a imigração peninsular para o Brasil, indicando num ou noutro caso as possibilidades interpretativas e destacando o alcance provocado pela notoriedade da vítima e o envolvimento de autoridades italianas em seu desenrolar. Nas abordagens realizadas, a morte de Diogo Salles é vista primordialmente como o indicativo de uma situação generalizada de tensão entre trabalhadores imigrantes e seus superiores na administração das fazendas de café. O quadro de violência cotidiana que compunha a vida social em São Paulo teria, nos tiros desferidos pela garrucha empunhada pelo jovem colono, um papel exemplar. Algumas das implicações do caso são destacadas nesses trabalhos, especialmente aquelas relativas ao motivo do crime, a tentativa de sedução por parte do filho da vítima, a complexidade do processo criminal e o poder demonstrado pelos Salles na região de Rio Claro, além de trabalhos de cunho laudatório lamentando o desaparecimento de Diogo Salles e vinculando o crime a uma postura mais

restritiva por parte do Reino da Itália à emigração para as fazendas paulistas.<sup>6</sup> Mais recentemente, o reencontro do processo movido contra Angelo Longaretti após alguns anos de sumiço inspirou a produção de um artigo sobre seus aspectos legais e jurídicos.<sup>7</sup>

A abordagem restrita ao caso coloca, se não objeções diretas aos trabalhos anteriores, ao menos reconsiderações parciais e caracterizações mais complexas. O homicídio, a fuga do autor e o processo criminal de que Angelo é objeto criam uma arena delimitada pelas interpretações do crime, localizadas entre os extremos da máxima culpabilidade de Angelo Longaretti, assassino frio que premeditara o crime influenciado pelo contexto político local, do qual os Salles eram um dos braços que se digladiavam, ou o jovem colono que, num gesto desesperado, tentando salvar sua família da desgraça irreparável, apela para a aniquilação de seu patrão. O nebuloso espaço existente entre esses extremos é aqui mapeado através da leitura atenta dos depoimentos oferecidos pela documentação analisada, composta basicamente do processo criminal, da cobertura da imprensa de época e dos relatórios oficiais.

Longaretti culpado teria se utilizado das boas relações que mantinha com Raul Salles, filho da vítima, para dele conseguir uma arma, privilégio incomum para um colono. Após tumultuarem a vida na fazenda Nova América e semeado a discórdia entre outros colonos por seu temperamento irascível, teriam os Longaretti também se dividido dadas as pretensões de casamento de Angelo com uma jovem de outra família italiana residente na fazenda, situação que

---

6 Bóris Fausto, em *Historiografia e imigração*, caracteriza a referência sobre a sedução da irmã de Longaretti como “a ponta de um véu”. Warren Dean em *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*, cita o episódio como causador de um “terremoto”, pela repercussão alcançada e as conseqüências produzidas a reboque.

7 Dolores Dirce Gimenez. “O processo Longaretti.” In: *Arquivo* – publicação comemorativa do 176<sup>o</sup> aniversário de Rio Claro. Rio Claro: Arquivo público e municipal, 2003. pp. 6 – 7.

desagradava aos pais de ambos. A garrucha que portava teria como objetivo dar cabo de seu pai e possibilitar sua fuga com a pretendente. Outra possibilidade levantada é a de que carregava a arma consigo a mando de chefes políticos rivais, tendo sido utilizada como instrumento de uma armação política contra um dos caciques do “salismo”, uma das correntes existentes na política da região de Rio Claro.

No outro oposto da interpretação, o assassinio de Diogo Salles teria sido o último e desesperado ato de um jovem colono diante da contínua situação vexatória a que eram submetidos ele e seus familiares na Nova América, situação agravada pelas intenções inconfessáveis que o filho do coronel alimentava em relação às jovens irmãs de Angelo. Aproveitando-se da ausência de instrumentos efetivos de defesa dos interesses e direitos de seus colonos, os Salles teriam invertido a origem do desentendimento que resultou na morte de Diogo e aproveitado a comoção provocada pelo assédio para livrarem-se dos créditos devidos aos lombardos. Assediadas as filhas, atrasados os salários e perseguidos no dia a dia da fazenda, “o único meio de repelir a agressão de que eram vítimas ele, réu, e juntamente seu pai, foi o que empregou” Angelo<sup>8</sup>. O papel de agressor, nesta outra versão, passa a ser desempenhado por Diogo e Raul Salles, que teriam despedido a família “e na ocasião da retirada desta deu pancada em Longaretti, o réu, ao mesmo tempo em que o dono da fazenda empurrava Longaretti pai, ao ponto deste cair no chão”. Outra testemunha afirma que “a vítima empurrou Longaretti pai e fê-lo cair, quando o seu filho dava pancada no peito do réu”.<sup>9</sup>

---

8 Superior Tribunal de Justiça. *Acórdão*, 1908.

9 Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. *Processo contra Angelo Longaretti*. fls. 189.

Na construção dessas versões fatos são lembrados e olvidados, palavras são distorcidas e indivíduos agem e se omitem. Privilegiar um ou outro aspecto do temperamento dos Longaretti, como seu passado na fazenda e a relação que mantinham com seus patrões e vizinhos, implicava o direcionamento de Angelo rumo à culpa ou à absolvição. A observação cuidadosa sobre o encaminhamento dado ao processo, o tipo de questões colocadas às testemunhas, as teses da acusação e sua refutação pela defesa mostram que, mais do que um crime isolado, a morte do cel. Salles foi vista como uma oportunidade exemplar tanto de afirmação do poder de um influente ramo da política paulista como de reflexão sobre o papel do imigrante e as condições de trabalho que encontravam em São Paulo. O confronto dessas versões traz, de forma subjacente, uma discussão sobre o papel dos peninsulares na reconfiguração do mundo do trabalho e sobre as condições de vida desfrutadas pelos colonos no complexo cafeeiro paulista.

A análise desse episódio desdobra-se em três capítulos. No capítulo I abordarei a produção historiográfica mais relevante sobre o tema da imigração de italianos para o Brasil em geral e São Paulo e suas lavouras em particular, com vistas a destacar alguns de seus elementos teóricos e metodológicos. Pretendo, com isso, analisar as interpretações do fenômeno da imigração em massa na segunda metade do século XIX e tecer considerações sobre os recortes, os métodos e as conclusões estabelecidos. No segundo capítulo abordarei os fatores condicionantes presentes nas áreas expulsora e receptora, procurando destacar as modificações ocorridas nas formas de execução do trabalho e a implicação existente entre a organização produtiva e o cotidiano dos trabalhadores no contexto da produção cafeeira em São Paulo. No último capítulo, finalmente, narrarei os episódios mais significativos da saga de Longaretti após disparar o tiro homicida e os personagens, as ações e os debates presentes no processo judicial

movido contra ele. Espero, com isso, observar o caso do jovem colono como resultado de um fenômeno coletivo que englobava uma infinidade de atos de gestão individual, que envolviam escolhas particulares e colocavam em questão a noção de autonomia de todos e de cada um.

Acredito que a História, pela natureza da disciplina e de seus métodos, jamais é capaz de fornecer uma visão definitiva e incontestável do passado, sem que isso signifique desprezar o caráter cumulativo do conhecimento construído. O que aqui se deve esperar é a capacidade de tornar mais complexo e verossímil o conhecimento e as explicações dadas sobre processos e personagens há muito desaparecidos, os quais geraram à época um debate acalorado e que hoje ajudam a compreender parcela significativa das relações sociais existentes nas fazendas de café na virada para o século XX.

## CAPÍTULO I – HISTORIOGRAFIA E IMIGRAÇÃO

Antes de tratar do tema central previsto para o capítulo pretendo compartilhar curiosidades metodológicas decorrentes do trabalho de pesquisa. Ao definir o caso Longaretti como objeto central da dissertação, surgiu um empecilho que é comum ao ofício, e cuja superação exige geralmente altas doses de erudição e rigor. O óbice em questão é o desaparecimento de um documento essencial para a compreensão do fato a ser reconstituído, situação enfrentada por autores como Thompson e Zenon Davies em *Whigs and hunters* e *O retorno de Martin Guerre*, respectivamente. Nos dois casos foram escolhidos crimes e criminosos como objeto da pesquisa, e em ambos um documento-chave para a tarefa proposta, o processo criminal, não fora encontrado.

Situação semelhante ocorreu com esta dissertação, mas como a fortuna é tão mal distribuída quanto a competência, a cópia do processo movido pela justiça contra Angelo Longaretti foi encontrado, após anos desaparecido, no decorrer da elaboração da dissertação. Emergindo das entranhas do Arquivo Municipal de Rio Claro, seu desaparecimento momentâneo baldou as iniciativas de pesquisadores acadêmicos e de equipes de TV que o procuravam, levando, num caso e no outro, à reavaliação do proposto.

O problema criado para a equipe de TV, que pretendia utilizar o caso como argumento inicial de uma telenovela, foi resolvido com a adoção de outro mote: na trama televisiva afinal realizada, a rivalidade existente entre duas famílias de imigrantes era o obstáculo intransponível para a concretização do amor de dois jovens colonos de café, e a partir de um início tão original torna-se fácil imaginar todo o restante da trama. Apesar disso, o sucesso de audiência do folhetim eletrônico foi imenso, gerando atrás de si toda uma onda de “italianismo”, que foi do vernáculo à produção de vinhos e salames de qualidade duvidosa. No folhetim eletrônico, as condições sociais da época da grande imigração (1870-1920) permaneceram relegadas a um plano secundário se comparadas às desventuras amorosas dos jovens imigrantes, e o retrato das agruras sofridas e benesses desfrutadas pelos trabalhadores seria mero resultado de atitudes individuais dos personagens. Ou seja, o conteúdo histórico da imigração desaparecia ante uma visão que pretendia ressaltar apenas posicionamentos particulares, e por obra do acaso Longaretti escapou de servir como primeiro instrumento da idealização pretendida pelos autores televisivos.

Por que, afinal, a história de um colono de café italiano é capaz de despertar a curiosidade a ponto de poder servir a objetivos tão distintos como uma telenovela e uma dissertação? No primeiro caso, uma forma de aplainar as ambigüidades do presente é idealizar o passado, e aí talvez resida a explicação do sucesso que a imigração encontra quando retratada pelos folhetins impressos e eletrônicos. A situação enfrentada pelo indivíduo que emigra, supérfluo em sua terra natal e estranho ao contexto escolhido, não é a mais cômoda que um indivíduo possa viver. No caso dos italianos no Brasil, suas histórias são impregnadas por mitos variados, que envolvem desde a inequívoca capacidade para a poupança e o trabalho demonstrada

pelo peninsular como a promessa e fartura da terra encontrada na chegada. A despeito desse tipo de retrato encontrar muito mais ouvidos, a tarefa do historiador é, no mínimo, corrigir os equívocos cometidos na interpretação histórica<sup>10</sup>. Equívocos dos quais não estão isentos historiadores profissionais ou aspirantes a isso, como no caso presente.

No segundo tipo de objetivo, narrar e explicar a história de Angelo Longaretti implica a consideração dos fatores que o levaram, juntamente com sua família e milhares de seus contemporâneos, a abandonar a terra natal, atravessar o oceano e dedicar-se por anos ao cultivo do café numa fazenda do interior de São Paulo. Certamente a vinda para as fazendas só pode ser explicada de forma convincente pelo grande contexto social e econômico existente na Itália e no Brasil nos últimos anos do século XIX; observar tais condições não nos isenta, contudo, de procurar entender de que forma a decisão afetou a vida doméstica de cada um e como moldou uma forma de convívio entre os Longaretti e o novo meio que os cercava, revelando assim a vinculação existente entre um fenômeno coletivo e suas ressonâncias na esfera individual.

Como nota Franzina, a imigração precisa ser analisada num contexto relativo a modos e tempos da transição da Itália de um estágio agrícola e pré-industrial a outro, de relativa e específica maturidade capitalística.<sup>11</sup> No seu ponto de vista, a forte corrente imigratória em direção à América não se restringe aos estreitos limites das histórias nacionais, por estar diretamente ligada ao complexo intercâmbio de condições econômicas, sociais e políticas das

---

10 “É uma história dolorosa (a da emigração), que a rememorá-la com base na mais exata documentação não se pode deixar de provar um sentimento de vergonha” Domenico Bartolotti, *Alcune verità sulla emigrazione italiana*. Milão, 1953, p. 10. *apud* C. Ianni, *Homens sem paz*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963. p. 31.

11 Emilio Franzina, *La grande Emigrazione - L'esodo dei rurali dal Veneto durante il secolo XIX*, Marsilio Editori, Venezia, 1976. p. 16.

áreas expulsoras e das regiões de atração. Ou seja, visualizar o trajeto de Longaretti e seus contemporâneos implica reconhecer que as condições sociais na Itália variavam bastante de região para região, que havia uma grande diferença entre emigrar para uma colônia governamental, uma fazenda ou para a cidade, e que mesmo entre as diversas fazendas de café que cobriam o território paulista as condições de trabalho e vida variavam. O autor resume essa teia dinâmica de relações existentes no caso italiano à fórmula que une o recrudescimento dos contingentes ao aumento de escala da miséria.<sup>12</sup>

O sujeito deste estudo deixou rastros de atos e declarações que revelam um quadro menos aprazível que aquele perpetrado pelo folhetim. Se a partida da Itália não ocorria exclusivamente pelo desejo individual de melhoria, mas por limitações materiais insuportáveis, as relações entre patrões e empregados no Brasil não dependiam apenas da moral de uns e outros, mas de condições históricas que possibilitaram uma mudança profunda na organização do trabalho, a expansão da produção nacional e a persistência de determinadas mentalidades e formas de organização social. Entre o idílio e a realidade, há uma carga de vicissitudes que se expressavam nos dias e nas noites da vida dos peninsulares chegados ao Brasil, dias de trabalho árduo regulados por uma rotina vigiada e noites que deveriam ser dedicadas ao repouso essencial, mas que poderiam guardar surpresas capazes de romper o frágil equilíbrio existente entre demandas e ofertas na economia do trabalho livre em terras brasileiras.

O período provável da partida da família Longaretti da península Itálica, entre 1892 e 1893, corresponde a uma época na qual as fazendas paulistas aumentavam sua demanda por braços para o cultivo do café. O quadro geral do complexo cafeeiro, no entanto, mudara

---

<sup>12</sup> *Idem, ibidem.* p. 43.

drasticamente durante a permanência dos lombardos em território paulista: os tempos de euforia e de mercado certo para o principal e praticamente único produto a trazer divisas ao país, o café, haviam ficado para trás, e um quadro de desvalorização cambial, superprodução e baixa de preços era a tônica daquele momento fatídico. O impacto do assassinio de Diogo Salles tem lugar numa atmosfera de pessimismo e críticas generalizadas ao modelo de desenvolvimento econômico dependente adotado pelo Brasil, e para melhor compreender essa atmosfera seremos auxiliados pela produção historiográfica dedicada ao tema da imigração italiana ao Brasil e ao papel do complexo cafeeiro na configuração da vida nacional.

A historiografia brasileira sobre imigração observou-a mais em suas condições estruturais, de amplo recorte, que a partir de contextos e grupos reduzidos. Isso significa dizer que há uma produção significativa centrada em pontos como as causas da fuga dos peninsulares, os fatores de atração existentes nas diferentes partes do Novo Mundo e a orientação política. Reconhecemos a diversidade de métodos, pressupostos, objetivos e conclusões a que chegam os pesquisadores do fenômeno, e por reconhecê-la poupamos o leitor de sua enumeração e análise. Apesar dessa diversidade, um traço comum que une a produção consultada é a relativa ausência de trabalhos de caráter e abordagem locais, que tratem de agrupamentos sociais menores e de espaços geográficos e temporais mais restritos. A trajetória de grupos reduzidos e de imigrantes isolados foi obscurecida pelos fatores de grande escala que emolduravam a decisão de emigrar, pois o objetivo principal era apontar as grandes determinações presentes na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX.

Do ponto de vista teórico, consideramos que este trabalho é influenciado por transformações que atingiram as ciências humanas em geral e a história em particular, e que

resultaram em novas perspectivas de abordagem. O resultado dessa reorientação foi o tratamento de recorte mais reduzido e uma maior preocupação com a forma narrativa escolhida, dentre outros efeitos, começando assim a timidamente revelar alguns rostos até então escondidos nos porões de terceira classe das estatísticas e estruturas. As perspectivas de macroescala adotada largamente pela bibliografia consultada ajudam a explicar que questões como o papel das identidades regionais dos grupos de imigrantes, a permanência e mudança nas mentalidades de estrangeiros e nacionais, a ocorrência de criminalidade e as estratégias de organização e resistência coletivas pelos trabalhadores de café, surgidas secundariamente durante a pesquisa permanecerem até aqui pouco exploradas. Ignoram-se, em larga medida, os espaços de ação e as escolhas individuais, tão importantes como as determinantes econômicas no desenvolvimento do fluxo migratório para o Brasil. Essa é uma realidade que parece pouco a pouco se transformar, e o redirecionamento das lentes resulta numa revisão parcial de conceitos e interpretações consagrados e na atenção a escalas e processos sobre os quais muito há a explorar. Como lembra Thompson, o ato de emigrar é uma resposta coletiva possível, como a rebelião e as petições em massa, a uma crise, resposta que envolve uma percepção peculiar da realidade e das formas possíveis de reação a ela.<sup>13</sup>

Do ponto de vista formal, a tarefa de reconstituição de contextos mais restritos levou a revalorização de um gênero, a biografia, e de uma forma de exposição, a narrativa, relegados a um plano inferior durante a hegemonia de estudos de caráter estrutural nas ciências humanas. Sabemos que nem biografia tampouco narrativa desapareceram completamente dos estudos históricos, e que a idéia de retomada não abrange a complexidade do fenômeno. No

---

13 E. P. Thompson, "Economia moral revisitada". In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

entanto, as inúmeras reflexões críticas ocorridas na disciplina nos últimos vinte ou trinta anos tiveram como resultado uma maior atenção a formas de escrever a história que eram consideradas, em alguns casos, como descomprometidas com o olhar crítico sobre o passado. Um primeiro momento desse direcionamento pode ser estabelecido a partir do trabalho de um grupo dos *Annales*, que procuraram relacionar a trajetória de vida com as condições nas quais ela se inscreve e que lhe fixam as possibilidades e o sentido. Tal mudança de perspectiva pode ser explicada por vários ângulos, alguns referentes ao contexto político amplo e outros relativos ao espaço restrito da academia. Dentre os primeiros, podemos citar a procura de uma identidade individual como contrapartida à massificação contemporânea e a crise do espaço público; no segundo bloco, destacamos a crise do paradigma estruturalista e a aproximação da história com a antropologia e a literatura.<sup>14</sup>

Mudanças de perspectiva dificilmente são aceitas sem resistência, e isso é também verdade no caso da história como disciplina acadêmica. O redirecionamento rumo às histórias de vida individuais ajudou a sedimentar uma desconfiança que relaciona estudos de escopo reduzido, como biografias, a uma forma de evitar a história social e não como seu instrumento. A despoltização da prática historiográfica levaria a uma enumeração sem nexos de peculiaridades e a um colecionar de singularidades que, em última instância, teriam sentido apenas em si mesmas e seriam de reduzida inteligibilidade quando enquadradas pelos processos sociais e históricos presentes em cada contexto. Ao contrário, acreditamos que a pesquisa histórica de escala reduzida, ou microhistória, ajuda mais a compreender do que obscurecer o conhecimento sobre as

---

14 Benito Bisso Schimidt. "O gênero biográfico". *Uma reflexão sobre o gênero biográfico*. Dissertação (mestrado), UFRGS, 1996.

questões coletivas, especialmente aquelas ligadas ao cotidiano dos trabalhadores, às estratégias de solidariedade e aos efeitos da modernização sobre a gente comum.<sup>15</sup>

E como a diminuição de escala do objeto de estudo ajuda a revelar as respostas procuradas, ou ao menos delas fornece indício? Como nota Thompson, tratar um grupo social como uma coisa faz com que nos escape a forma pela qual diferentes indivíduos tornaram-se tal grupo. A microhistória fornece um campo privilegiado para verificar o caráter intersticial da liberdade do indivíduo, inserido que está numa rede de relações e num sistema de normas destinados primordialmente a direcionar seus esforços na reprodução como braço de trabalho e a suprimir outros vínculos sociais que não sejam monetários, sistema este historicamente construído. A reconstituição deste dado histórico, a liberdade relativa do indivíduo, envolve aqui a recuperação de características da vida cotidiana presentes num determinado regime de trabalho, o colonato, e ajuda a compreender a dimensão e o alcance que o ato de um imigrante alcançou.

Relacionam-se ao cotidiano dos trabalhadores as noções de controle e disciplina, que por sua vez levam às relações possíveis entre normas e práticas, indivíduo e grupo, liberdade e determinismo. A tensão entre esses diferentes pólos determina os limites dentro dos quais o indivíduo se insere, verificando-se a efetividade das normas sociais nos traços do dia-a-dia vivido. O conjunto de normas formais e informais que visavam disciplinar o imigrante no interior do complexo cafeeiro paulista tinha como correspondente tentativas mais ou menos conscientes de procurar suavizá-lo. Se no colonato as condições objetivas de organização e resistência coletivas eram tênues, cabe interrogar como essa resistência operava no plano individual ou de

---

15 Um balanço da proposta microhistórica pode ser encontrado em Jacques Revel (org.), *Jogos de escalas – a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

um grupo restrito como uma família. A resposta dada a Angelo Longaretti num momento de tensão que envolvia diretamente seus familiares, assim como as atitudes e posições de Diogo e Raul Salles diante de um problema criado por empregados seus, auxiliam na compreensão da dinâmica das relações nas fazendas de café paulistas e surdem as fronteiras que delimitavam o espaço de cada um.

A questão que se coloca é como apreender a real dimensão das restrições e liberdades presentes na fazenda Nova América, ou melhor, como saber quais eram as possibilidades de que dispunha a família Longaretti perante as condições sociais que os haviam levado, juntamente com um milhão de seus compatriotas, às fazendas de São Paulo.<sup>16</sup> Uma série de autores e trabalhos que pouco têm em comum entre si, mas que pela afinidade metodológica existente acabaram definidos como microhistória, foram os norteadores da forma e dos pressupostos básicos de abordagem do objeto. O mapeamento das obras rotuladas como microhistóricas revela um grande emaranhado de pressupostos e objetivos heterogêneos, cujo ponto em comum é o método, que consiste basicamente no uso intensivo das fontes disponíveis, concentradas num espaço e num tempo restritos, para a reconstituição esmiuçada dos contextos e dos atos dos personagens eleitos como objeto. Como todo método, relaciona-se diretamente a um objetivo específico de conhecimento, que seria a reconstituição do espaço de ação autônoma do indivíduo ante as condicionantes sociais, e a revelação das formas pelas quais a vida pública

---

16 As estatísticas sobre as entradas de imigrantes no Brasil são controversas. Franzina (1995) afirma que “solo fra il 1887 e il 1902, entrarono in Brasiler quasi 1 milione di italiani, 868.178 secondo le statistiche ufficiali del regno e 949.588 secondo quelle del paese ‘importatore’, mentre dal 1875 al 1988, gli ingressi furono circa 1 milione e mezzo. [...] dai lombardi (l’8,5%)”. Alvim (2000) indica 1,4 milhão de italianos entre 1870 e 1920 entrados no

engendra-se no interior do núcleo doméstico.<sup>17</sup> Mesmo uma história doméstica ou individual, com todas as suas particularidades, tem como pano de fundo um conjunto social, pois os atos de cada particular são executados e transitam numa rede que é, em última instância, pública. A história de uma vida ajuda a explicar a sociedade que a emoldura, pois acontecimentos biográficos não são apenas escolhas que independem do contexto, são também colocações e deslocamentos no espaço e no tempo sociais. Antes de ser interpretado, no entanto, o objeto num trabalho microhistórico coloca o problema da tipicidade e da representatividade.

Construir uma biografia, ou ao menos uma parte dela, dá a oportunidade de demonstrar e reconstituir os processos sociais envolvidos na transformação e manutenção das formas de controle, especialmente aqueles do mundo do trabalho e da construção das esferas da ordem e da normatização a estas inerentes. O indivíduo, por ter sido notado, é um caso extremo e sua excepcionalidade reside na possibilidade de recuperação. Longaretti é excepcional e, ao

---

Brasil; 2,5 milhões de imigrantes teriam se direcionado para as fazendas de São Paulo, dos quais 40% seriam italianos. (p. 385).

17 E. P. Thompson, "Folclore, antropologia e história social". *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Org. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. "A perspectiva micro-analítica não quer assim limitar a atenção a um fragmento microscópico, privilegiando-o enquanto tal, mas quer colher a ocasião da reconstrução da sociedade na totalidade dos seus aspectos, possível apenas assumindo a dimensão reduzida do campo de investigação". Edoardo Grendi, A proposito di famiglia e comunità. *Quaderni Storici*, no. 33, a. XI(3), 1976, pp. 881-891, *apud* Lima Filho, *op. Cit.*

mesmo tempo, representativo de numerosas famílias que, como a dele, optaram por fugir da miséria da condição a que estavam expostos mudando de país.<sup>18</sup>

Todas as observações e controvérsias relativas à metodologia, aos pressupostos teóricos e às formas de exposição do conhecimento histórico auxiliam na compreensão da história de Angelo Longaretti. Não consideramos suficiente desdobrar esforços de interpretação histórica para realçarmos somente a peculiaridade, ou utilizar o instrumental historiográfico para referir-se a fatos ou indivíduos como curiosidades dignas de nota e não de interpretação. O contexto paulista e nacional, campo aberto aos interesses do latifúndio exportador sobre o restante da sociedade, ajuda a entender e é melhor compreendido a partir da experiência vivida por Angelo Longaretti e aqueles que auxiliaram, de forma ou outra, nos desdobramentos que sua vida veio a ter depois de 3 de outubro de 1900.

Os atos de Angelo abriram um poro pelo qual as motivações individuais e condicionantes sociais dos atores tornam-se visíveis, mostrando o despropósito da persistente separação presente nas ciências humanas entre indivíduo e sociedade. O crime que cometeu é passível de contextualização, ou seja, é possível o estabelecimento das ligações existentes entre

---

18 “A abordagem microhistórica [...] afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama” “[...] a abordagem micro-histórica se propõe enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis. Mas esse individualismo metodológico tem limites, já que é de um conjunto social – ou melhor, de uma experiência coletiva – que é sempre preciso procurar definir as regras de constituição e funcionamento. A aposta da análise microssocial [...] é que a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais esclarecedora porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes. Jacques Revel. “Microanálise e construção do social”, p. 20-32. In Jaques Revel (org.). *Jogos de escalas – a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

Angelo Longaretti e Diogo Salles à “superfície social” sobre a qual navegaram parte de suas trajetórias, e revela o quanto a violência permeou a criação e extinção de formas de trabalho, permanecendo como continuidade da escravidão à introdução do trabalho livre. A repercussão alcançada pelo fato, diretamente ligada à notoriedade da vítima, deixa as pistas que possibilitam a reconstrução do contexto localizado da região de Anápolis naquele momento específico e faz com que chegue até nós uma dinâmica que, de outra forma, teria pequenas possibilidades de reconstituição. O caso Longaretti envolve personagens típicos da sociedade da época, influenciada pelas condições de vida e pelo sistema de normas vinculado ao regime de trabalho existente, cujo desfecho inesperado produziu uma vasta documentação que permite sua reconstituição, diferenciando-o nesse ponto de casos e personagens semelhantes porventura mais sangrentos e mais alarmantes, mas que permanecem ocultos pela ausência de testemunhos inteligíveis aos historiadores.

O documento-base utilizado para a realização da tarefa proposta tem uma elaboração e função que oferecem o confronto de visões diferentes e fatos diversos, de versões que no limite se contradizem; este documento é o processo judicial. Muitos dos dados de que dispomos, como aqueles relativos à composição da família Longaretti, só são recuperados por meio dos depoimentos colhidos pelas autoridades policiais e judiciais. O processo criminal traz à luz parte da economia do colonato, justificando seu uso como documento histórico no estudo não só da imigração, fato já amplamente comprovado no estudo da escravidão.<sup>19</sup>

---

19 Sílvia Hunold Lara, *Campos da violência: escravos e senhores da Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 51. Sidney Chalhoub. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Unicamp, 2001.

Utilizar um documento dessa natureza implica reconhecer suas possibilidades e limitações. O principal ponto a ser considerado é o papel da intermediação das autoridades nas distintas partes do processo, pois cada depoimento deixado por testemunhas e informantes passa pela mediação daqueles que o recolheram e é influenciado pelo mercado no qual foi oferecido. Há indícios suficientes para crer que a intermediação no processo Longaretti foi utilizada para reforçar sua culpabilidade e para afastar eventuais questionamentos sobre a retidão de caráter e de atitudes dos Salles. Percebe-se uma nítida diferença entre os depoimentos das testemunhas tomados na fase do inquérito e aqueles dados ao júri: durante os primeiros interrogatórios, ocorridos momentos depois dos tiros e da fuga de Angelo, seus familiares são quase unânimes em retratar um filho e irmão cruel, desapegado à família e desordeiro contumaz, forçando a mão na versão que apontava o temperamento de Longaretti como a causa principal do assassinato. Aventa-se a hipótese do motivo que o levava a portar a garrucha naquela manhã ter sido sim um assassinato, mas não de seu patrão, e sim de seus pais, pela discordância por eles manifestada em relação ao seu matrimônio com outra colona. Esta imagem vai sendo construída até o ponto em que um dos irmãos pede um intérprete, afirmando que entendia mal o português. A nomeação do intérprete, e certamente não apenas ela, fez com que o plano parricida de Angelo desaparecesse dos depoimentos ao júri. Podemos desenvolver a hipótese, a partir desta constatação, que do desconhecimento do português pelos Longaretti levou a um direcionamento nos depoimentos, revelando um jovem cruel, frio e capaz de premeditar e até vincular seus atos a interesses políticos rivais aos do salismo.

Desse modo, imaginar que houve um direcionamento das peças do processo para prejudicar Longaretti necessita de uma confirmação de algum outro relato. Ou seja, é necessário

verificar a existência de uma seqüência de fatos que levassem ao prejuízo do réu, fatos que poderiam ser mais facilmente direcionados durante a fase do inquérito, no qual apenas a autoridade policial está envolvida, do que nos momentos seguintes. Indica-se a ocorrência de um clima de horror entre os colonos da fazenda Nova América. A autoridade policial, chegando no início da madrugada, teria invadido casas, espancado testemunhas e intimidado os outros colonos a informar o paradeiro de Angelo, colhendo aí os primeiros testemunhos que aparecem no processo.<sup>20</sup> A tradução livre dos depoimentos dos interrogados, especialmente dos familiares do acusado, seria apenas a parte mais sutil de um processo mais amplo.

Outra diferença significativa entre os depoimentos do inquérito e aqueles tomados no júri versa sobre a acusação feita pelos Longaretti sobre o projeto de rapto e sedução das jovens da família por parte de Raul Salles, filho da vítima. Esta acusação e seu detalhamento só surgem no depoimento dos Longaretti, sendo sistematicamente ignorada pelas outras testemunhas. Insistir na tese do rapto e da sedução seria desmontar todo o esforço feito, na coleta dos depoimentos do inquérito, de pintar os Salles como patrões excelentes que eram desafiados pelo comportamento entesado de todos. Pior, seria lembrar à parcela da sociedade que acompanhava o caso que subsistiam nas fazendas de café práticas e mentalidades pouco compatíveis com uma sociedade dita livre e de respeito ao indivíduo. O processo, assim, é uma oportunidade ótima de nomear o pano de fundo sobre o qual o fato está inserido e ajuda-nos a observar o véu colocado entre o fato em si e sua apreensão naquele momento histórico.<sup>21</sup>

---

20 Dolores Dirce Gimenez. *op. cit.*

21 “Geralmente um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos. Um motim ilumina as normas dos anos de tranqüilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os

Os atos, as acusações e justificativas apresentadas não se limitam às disposições de caráter, moral ou comportamento de cada um dos envolvidos, pois suas disposições individuais são instadas a responder a situações concretas colocadas pela rotina de trabalho, pelo ambiente familiar, pelas experiências anteriores vividas na Itália e no Brasil. As atitudes e palavras de Angelo e testemunhas são respostas possíveis a desafios reais e cotidianos cuja solução envolve racionalidade, costume, cálculo e expectativas. Esmiuçar tais atitudes, pelo menos a parte delas que chega até nós, é uma forma de compreender o quadro no qual estavam inseridas e a descrição desse crime, assim como de um ritual ou de uma festa, leva inevitavelmente à compreensão da sociedade como um complexo em movimento, que por sua vez implica o abandono de modelos estáticos que descartam situações que extrapolam fronteiras rigidamente marcadas.<sup>22</sup> Olhar para o passado como um complexo dinâmico de relações, repletas por vezes de ambigüidades surpreendentes que impedem sua apreensão cartesiana, leva o historiador a elementos além das forças coercitivas para tentar revelar o espaço existente de ação autônoma do indivíduo. É fornecido um suplemento de investigação de história social, qual seja, a reconstrução do contexto no qual se moviam as pessoas. A economia moral do colonato, entendida como o conjunto de

---

hábitos de consideração que foram quebrados. In: E. P. Thompson. "Folclore, antropologia e história social". *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. p. 243.

22 "Testar a validade do modelo consiste portanto não em uma verificação de tipo estatístico, mas sim em sua experimentação sob condições extremas, quando uma ou muitas das variáveis que o formam são submetidas a deformações excepcionais. A formação de um dossiê sistemático é precisamente o que torna possível uma verificação desse tipo". Giovanni Levi. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 34.

percepções existentes entre os pobres sobre as normas, obrigações e funções peculiares dos diferentes grupos sociais, certamente incluía a noção de que a estabilidade da família e a honestidade de suas filhas não podiam ser abaladas pela ação de seus patrões, por maiores que fossem as outras privações às quais permaneciam sujeitos.

O contexto define o papel que cada um desfrutava na estrutura da sociedade brasileira da virada do século XX, revelando os limites existentes à ação autônoma, as relações de domínio e poder que uniam indivíduos de diferente origem, e as forças que levavam elementos tão díspares a confrontarem-se numa situação comum. Ou, num vocabulário mais específico, espera-se proporcionar ao leitor aspectos da caracterização da organização de classe que permeava as relações sociais de imigrantes e nacionais, o poder que detinham ou ao qual se sujeitavam e as formas possíveis de organização e reação dos imigrantes e seus patrões. De forma subjacente ao caso, surgem as condições sociais e políticas que levaram o Estado republicano brasileiro a incumbir-se da tarefa de agente regulador e incentivador da imigração, e da vinculação dessas políticas com os interesses de um grupo social específica, os fazendeiros de café. Pretendemos, no próximo capítulo, abordar as condições sociais existentes na Itália e no Brasil na época da vinda dos Longaretti, para depois reconstituirmos as condições sociais presentes nas fazendas de café de São Paulo e, mais especificamente, o papel desempenhado pela família Salles naquele momento histórico.

## CAPÍTULO II – DE 3ª. CLASSE

“[Os detratores do] Brasil [retratavam-no] como um país pestilento, onde o clima e a temperatura constituíam um perigo para a saúde, sem contar as inúmeras doenças que aqui grassavam [...]; um país onde não existia segurança pessoal alguma; onde o colono, na fazenda, estava à mercê do proprietário que o tratava como escravo, não havendo meio algum de defesa, nem juízes, nem justiça; um lugar no qual o imigrante não encontrava senão a miséria, a desonra e a morte.”

Os [...] defensores do Brasil acreditavam poder destruir o efeito desses exageros pelo outro extremo: expondo o Brasil como uma espécie de paraíso terrestre, onde bastava viver para ser feliz; onde o terreno sendo de uma fertilidade prodigiosa produzia tudo sem trabalho; onde existiam inúmeras riquezas minerais, metais e pedras preciosas que se encontravam ao longo dos caminhos; país de clima ótimo, primavera eterna, de gente de uma cordialidade sem fim que esperava o emigrante com um sorriso para lhe oferecer toda comodidade. Em suma, um país encantado, onde havia somente bens e nenhuma espécie de mal.”<sup>23</sup>

A importância da imigração para a história brasileira abrange uma larga série de aspectos. Os imensos contingentes demográficos que cruzaram o Atlântico deixaram marcas não apenas no processo de modernização econômica conservadora e dependente que ocorreu no Brasil, pois ajudaram a alterar o equilíbrio social do país ao intercambiar hábitos e visões de mundo com os nacionais. Enumerar todas as contribuições possíveis à vida brasileira relacionadas à imigração supera em muito o objetivo presente. O intercâmbio ajudou a destruir velhas instituições e a manter a estrutura retrógrada de outras, promovendo a inserção econômica

do Brasil em proporções até então desconhecidas ante a economia mundial. A imigração relaciona-se à abolição do regime de trabalho escravo, pois viabilizou a expansão da atividade agrícola e surgiu como alternativa de suprimento de mão-de-obra num contexto de inviabilidade da expansão do braço servil. Tornou possível que a mata densa que cobria o Estado de São Paulo fosse substituída, numa velocidade impressionante, pelos cafeeiros que sustentavam os cofres da República e da elite política da época, fazendo florescer em torno de si uma série de atividades econômicas correlatas. O aumento da escala de produção e exportação do café levou à lenta transferência dos capitais concentrados na lavoura para atividades como mecanização do beneficiamento e escoamento do produto, dando fôlego a atividades industriais e especializando a economia das zonas cafeeiras. O afluxo de imigrantes e a diversificação econômica relacionaram-se, por sua vez, à reorganização do espaço das cidades e a um furor urbanístico que tem na cidade de São Paulo seu exemplo mais gritante. Na metrópole nascente e em permanente transformação, grupos de imigrantes passaram a desenvolver atividades econômicas mais especializadas e fizeram do espaço de produção um lugar de ativismo político, transformando a metrópole bandeirante no berço do sindicalismo operário, do socialismo e do anarquismo.<sup>24</sup>

---

23 Antonio Piccarolo. "L'emigrazione italiana nello stato di San Paolo" . São Paulo, 1911, p. 22 *apud* Lucy Maffeu Hutter. *Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914: o processo imigratório*. São Paulo: Inst. de Estudos Brasileiros/CESP, 1986. p. 18.

24 Hall afirma que "não é a menor das ironias da história brasileira o fato de que, quando a imigração em massa finalmente chegou, ela não veio a criar um novo Brasil, como tantos ensejavam, porém serviu para escorar a enfraquecida estrutura do velho". "Reformadores de classe média no Império brasileiro: a Sociedade Central de Imigração." *Revista de História*, São Paulo, 1976. p. 56.

As modificações são profundas e extensas como as permanências. A passagem da monarquia escravista à república oligárquica, operada pelo setor de vanguarda à época, os cafeicultores paulistas, deixou como resíduo um regime social excludente, de participação política restrita e baseada no paternalismo e na instrumentalização dos poderes constituídos a favor do setor hegemônico, os próprios cafeicultores.<sup>25</sup>

A história de Angelo Longaretti está imbricada parcialmente a cada um desses aspectos, que relacionados respondem de forma satisfatória à primeira das questões colocadas pelo caso Longaretti, que é o motivo pelo qual uma família lombarda de nove pessoas veio a escolher o Brasil como destino do seu êxodo. A resposta pode ser dada pela análise de três aspectos, a saber: primeiro, as condições existentes na Itália no período em que Angelo e seus familiares viajaram; segundo, o sistema de trabalho adotado nas fazendas de café de São Paulo, que dependia essencialmente de um fornecimento constante de mão-de-obra para a expansão da produção cafeeira; e em último lugar pelo sistema social no qual estavam inseridas as fazendas. Cada uma dessas perspectivas esclarece e indica os caminhos a serem desenredados sobre a situação particular de Angelo, seus pais e irmãos, além de outros personagens que cruzaram seus caminhos.

De tudo que foi escrito sobre as condições de vida na Itália na época da grande imigração, a frase de um contemporâneo de Angelo, peninsular como ele e objeto da mesma indagação que fazemos aos Longaretti, responde com uma clareza nem sempre encontrada entre os especialistas:

---

25 Paula Beiguelman. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

“Pecchè se va fore regno?  
– Pè sfortuna se va!”

Os historiadores podemos traduzir “*sfortuna*” numa série de idéias, todas eles relacionados ao grande processo histórico de modernização econômica e política da península Itálica (o *Risorgimento*), que culmina com a unificação política das várias unidades que dividiam seu território desde há muito. A mãe-pátria Itália, reconfigurada como Estado nacional após séculos de divisão entre suas regiões, prescindia, no entanto, de alguns de seus filhos, e entre estes estavam os Longaretti. Uma parcela considerável da população italiana utilizou a imigração transoceânica como resposta a uma situação mais e mais insustentável, já que as condições de trabalho em geral e no campo em particular deterioraram-se significativamente, levando parte da população a vivenciar o “absurdo, absolutamente único, de que o indigente, ao partir para o exterior, seja obrigado a pagar caro o direito de não morrer de fome”. Assim, a emigração a partir de meados do século XIX na Itália é uma indústria, a mais florescente entre todas de que dispõe no período, voltada para a expulsão de setores das classes baixas rurais que haviam se transformado, ante a modernização do campo e a disseminação de mecanismos de mercado, em contingentes demográficos desnecessários. A visão das autoridades italianas insistia na origem demográfica do problema, ignorando questões como “a disponibilidade de capitais ou capacidade de mobilizá-los e usá-los, [o] estado da tecnologia, [a] estrutura político-social do país e assim por diante”. Naquilo que nos interessa, a modernização favoreceu a concentração fundiária por toda a península ou, como disse um observador da época, a mãe-pátria “a uns saciava, e a tantos outros nem pensava”, não sendo assim digna de ser denominada uma nação a não ser que isso significasse “a massa dos infelizes [...] vestidos de farrapos”. Os apelos retóricos das autoridades

italianas “a não abandonar a [...] pátria” obtinham como resposta uma indagação contundente: “mas é uma pátria a terra em que não se consegue viver do próprio trabalho”?<sup>26</sup>

Em qual medida esse processo afetou a vida da família Longaretti em Bergamo? Pouco podemos responder de forma direta. No entanto, podemos imaginar com certa segurança que eram uma dentre milhares de famílias que trabalhavam no campo, dispendo de pouca ou nenhuma terra, e que assistiram à subida dos impostos, ao crescente ônus das hipotecas e à redução das possibilidades de sustentarem-se com o seu trabalho. É muito pouco provável que tivessem sido proprietários em Bergamo, pois se o fossem teriam trazido um pecúlio que os teria auxiliado a obter terras próprias para trabalhar, a estabelecer-se de forma autônoma ou ainda a retornar à pátria durante o período que viveram. É muito mais provável, estatisticamente falando, que ou dividissem a cultura de um pedaço de terra com o proprietário do imóvel (*mezzadrio*) ou que simplesmente prestassem serviços em terras alheias (*braccianti*), já que o grosso do contingente imigratório que teve como destino o Brasil era composto por agricultores nessas condições.<sup>27</sup> Certo é que a situação na península italiana na última década do XIX certamente prescindia de seus esforços e reivindicações. Assim, famílias do meio rural como os Longaretti observaram a modernização da Itália pela lente do incremento do absentismo, da concentração fundiária e da insolvência fiscal das pequenas propriedades.<sup>28</sup> A ausência dos proprietários em suas terras levava à multiplicação dos intermediários entre o cultivador e o dono da propriedade, criando uma cadeia de sublocações que encarecia e no limite inviabilizava a produção em

---

26 Émile de Laveleye, *Lettres d'Italie 1878-1879* apud. Ianni, *op. cit.*

27 L. M. Hutter, *op. cit.*, fornece dados por data e por ocupação.

28 Sobre os “malefícios” da imigração, R. Foester, *The italian emigration of our times*. Einaudi, 1955.

pequena escala; a concentração fundiária diminuía a já combalida procura por mão-de-obra e contribuía para o desemprego e a miséria; por fim, a nova política fiscal e o quadro econômico tornavam as hipotecas e os impostos pesos que a agricultura de pequena escala não era capaz de suportar.

Os dados indiretos são reforçados por outras considerações. O inquérito rural ocorrido ao final do século XIX que ficou conhecido como *Inchiesta Jacini*, em referência ao senador que foi o principal articulador da comissão parlamentar do reino da Itália responsável pelos trabalhos, reforça a constatação da precariedade crescente da vida no campo. Observar o que ocorre com a distribuição de terra nos anos que antecedem a vinda dos Longaretti ao Brasil revela a face áspera do processo de modernização para famílias como eles: “entre 1873 e 1881, nada menos de 61.831 pequenas propriedades foram tomadas pelo fisco por falta de pagamento de impostos, que muitas vezes não iam além de umas poucas libras; entre 1884 e 1901, o número de propriedades perdidas pelos *contadini* por impossibilidade de pagar impostos se elevou a 215.759; as vendas judicialmente por dívidas a particulares somaram 70.774 entre 1886 e 1900”.<sup>29</sup>

Na Lombardia, “os proprietários não deixavam de desesperar-se pela produção não mais lucrativa, os arrendatários de clamar contra os contratos tornados mais desvantajosos para eles, os assalariados de encontrar maior número de defensores frente sua mísera condição de proletários. O descontentamento não demorou a tomar as proporções de uma onda maciça de

---

29 Emilio Sereni, *Il capitalismo nelle campagne (1860-1900)*. Turim: Einaudi, 1948, pp. 404-5. apud Ianni, p. 73.

protestos, pedidos e pressões sobre os órgãos legislativos e executivos do Estado”.<sup>30</sup> As modificações na estrutura econômica levaram a uma nova atitude de parte do mundo rural, que via na modernização mais uma oportunidade que uma tragédia; oportunidade esta que seria abraçada por meio da técnica e da racionalidade.<sup>31</sup> Ainda que essa parcela fosse minoritária, sua influência foi considerável nos rumos tomados pela agricultura italiana, na “revolução” das classes agrárias. O senador Jacini resumia essa revolução de forma pessimista: “O primeiro ponto fundamental era o da decadência da agricultura italiana [...], em conjunto a uma consciência agora difusa entre vastas massas de camponeses, de seu deplorável estado. Ontem, camponeses e proprietários pareciam contentes com seu modo de vida. Hoje, estão acabadas as fáceis ilusões do *Risorgimento*.”<sup>32</sup>

Dessa forma, mesmo sem dispormos de dados diretos sobre a vida dos Longaretti em Bergamo, é muitíssimo provável que tenham vindo ao Brasil escapando de uma situação exasperadora. Eles, como muitos, fizeram girar a roda da imigração transoceânica por aproximadamente cinquenta anos, alimentando uma rede de negócios que desembocava quase invariavelmente nas filas de casas idênticas das colônias de café. A imigração, negócio privado intermediado por particulares e amparado financeira, legal e ideologicamente pelos governos da República brasileira e do Reino da Itália, resolvia problemas sociais graves para as elites tanto lá

---

30 David I. Kertzer. *Family life in Central Italy, 1880-1910* – sharecropping, wage labor, and coresidence. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1984.

31 “Si moltiplicavano i bollettini, i ‘giornale pratici’, le riviste di interesse agrario. E soprattutto cominciava a cadere il tradizionale isolamento fra gli agricoltori, fra i possidenti, si faceva strada visibilmente il senso della comunanza dei loro interessi e della necessità di un’azione concertata a propria difesa”. Alberto Caracciolo, *L’inchiesta agraria jacini*. Torino: Einaudi, 1976.

32 *Idem, ibidem*. p. 91-2.

como aqui. Angelo e família eram parte do combustível das novas nações, fossem elas monarquias ou repúblicas. Lá, emigrar foi a válvula de escape de uma situação social em constante agravamento e que acentuava aspectos atrasados como a desigualdade regional; aqui, o imigrante ajudou na manutenção do domínio da oligarquia rural paulista sobre o restante do Brasil, dando oxigênio ao latifúndio exportador que necessitava, naquele momento, de grande quantidade de mão-de-obra para manter sua lógica de expansão.

A supremacia de determinados grupos regionais e econômicos fez com que, na Itália, setores como os armadores e a siderurgia experimentassem uma grande expansão e a diferença entre o Norte e o *Mezzogiorno* se agravasse, enquanto no Brasil os principais beneficiários da grande corrente migratória eram os fazendeiros em detrimento do restante dos produtores e trabalhadores nacionais. As estruturas econômicas e os processos complexos estreitaram as possibilidades de sobrevivência em Bergamo até partirem os Longaretti, no ano de 1892, junto com centenas de lombardos e milhares de italianos que fizeram aquele trajeto no mesmo ano. O café reinava soberano na balança comercial brasileira, produzindo *superávits* que enchiam de otimismo o discurso das autoridades, esquecidas da necessidade de importar arroz e milho para suprimento da população. A expansão cafeeira demandava trabalhadores, que na Itália não tinham no que trabalhar.

O óbice representado pelo custo da passagem marítima da Itália ao Brasil, excessivo para os trabalhadores e indesejado pelos fazendeiros, foi superado com uma estratégia que envolveu duas frentes: o subsídio da passagem, de um lado, e a propaganda das vantagens do campo paulista na Itália, de outro. Como infantaria para tais investidas, atuavam os agentes de imigração na cooptação de potenciais emigrantes para o destino específico. Aos agentes cabia

propagandear as vantagens existente nos destinos que a América oferecia, e os meios para convencimento do potencial emigrante incluíam uma astúcia nem sempre honesta. O convencimento do trabalhador era tarefa relativamente fácil perante a “ignorância, a ingenuidade, o estado de abatimento moral, as esperanças mesmas do infeliz emigrante [...]”.<sup>33</sup>

O efeito da ação desses agentes é difícil de dimensionar, mas a expansão de sua atividade num período específico revela que seus serviços permaneciam requisitados após a vinda de Longaretti e passados mais de quinze anos do primeiro impulso migratório ( ):o número de agentes e subagentes de emigração na Itália era de 5.172, passando a 7.169 em apenas quatro anos.<sup>34</sup> As denúncias existentes sobre o logro presente nas promessas feitas aos emigrantes e pequenas e grandes desonestidades incorporadas ao convencimento do trabalhador reforçam a visão de inépcia e pouca efetividade dos muitos discursos e poucas ações oficiais.

A intermediação de particulares na contratação de colonos para as fazendas dava margem à confusão e ao prejuízo do emigrante. “Esta confusão se explica em parte pela circunstância da grande procura de braços que fez nascer todo um enxame de negociantes, corretores, etc. [...], que extraem lucros e proveitos de suas intrigas entre imigrados e fazendeiros”.<sup>35</sup> “O governo toma ou promete tomar enérgicas medidas contro esses negociantes, mas sem resultado”.<sup>36</sup> Outra consequência funesta da ação dos agentes era a falta de critério na

---

33 Mariano Rocco, *I noli degli emigranti prima e dopo la lege del 1901*. ed. S.T.E.N., Turim, 1908, p. 31 e segs. apud Ianni, *op. cit.*, p. 86

34 Hutter, *op. cit.*, 56.

35 “Questa confusione si spiega in parte colla circostanza che la gran ricerca di braccia fece nascere tutto uno sciame di affaristi, sensali, ecc. [...] ricavando lucrosi vantaggi dai loro intrighi tra immigrati e “fazendeiros”. Rozwadowski, “San Paolo”. *Emigrazione e colonie: raccolta di rapporti dei rr. agenti diplomatici e consolari*. Roma, 1893, p. 159.

36 “Il governo prese o promise prendere energiche misure contro questi affaristi, ma senza risultato”. *Idem, ibidem*.

arregimentação dos trabalhadores, situação que acabava por trazer aos cafezais indivíduos sem interesse, vocação ou experiência para a agricultura e ignorantes do solo e do clima, dificultando a situação daqueles destinados ao duro trabalho dos cafezais.

Quando eram chamadas a intervir nos abusos, as autoridades italianas revelavam, quando não indiferença, uma indignação passiva. Os relatórios dos cônsules e embaixadores sobre as condições de trabalho eram, via de regra, hostis aos fazendeiros, mas seus efeitos não se faziam sentir.<sup>37</sup> “Quando escreve o Comissário Geral (da emigração) é patriótico: não nos parece factível nem agora e, talvez, nem nunca”.<sup>38</sup> As suas visitas, quando ocorriam, dirigiam-se às fazendas reconhecidamente bem administradas e sem grandes problemas, pois “até mesmo no inferno os diabos tem o seu paraíso.”<sup>39</sup> Um dos relatórios mais contundentes produzidos no período, o diário de Adolpho Rossi, apesar de insistir nas péssimas condições de trabalho em todo o campo paulista, restringe suas visitas, ou pelo menos o relato delas, às fazendas de patrões exemplares, tanto pela organização das fazendas como pela pontualidade nos pagamentos. Uma forma encontrada pelos imigrantes de driblar a falta de ação efetiva das autoridades foi a criação

---

37 “[As visitas das autoridades italianas ao Brasil] eram sempre demasiado apressadas, demasiado oficiais, demasiado divulgadas para permitirem um conhecimento real das condições dos imigrantes italianos e de suas instituições”. “A omissão do corpo consular, que abrangia todos os aspectos normalmente relativos às tarefas de repatriação, os imigrantes já podiam percebê-la desde a hora do desembarque” Angelo Trento. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel: Istituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. pp. 163-5.

38 N. Malnate, “Gli italiani al Brasile”. pp. 420 – 430. *La rassegna nazionale*.

39 “Anche all’inferno i diavoli hanno il loro paradiso”. *La battaglia*, 12/08/1906.

de uma série de jornais, organizações, círculos e associações que procuravam congregar os imigrantes, especialmente os mais abastados, em torno de seus interesses comuns.<sup>40</sup>

Emigrar era, em resumo, uma das poucas saídas possíveis para uma parcela bastante significativa da população peninsular e para a maioria esmagadora dos camponeses; a solução, no entanto, implicava restrições e prejuízos variados. A emigração havia sido um componente sempre presente no campo italiano, uma estratégia do camponês para as carências sazonais; a diferença, surgida na segunda metade do século XIX, era o seu caráter e o destino. As motivações individuais, seu planejamento e execução no interior da família Longaretti nada deixaram como testemunho. A maneira como os Longaretti avaliavam sua experiência a partir do que se depreende dos testemunhos que deixaram é o inconformismo com a situação que viviam, inconformismo transformado em ação pelo menos uma vez antes do fatídico dia do crime. Não é possível saber o que esperavam ao vir a Anápolis e em que medida suas expectativas eram satisfeitas enquanto trabalharam para Diogo Salles, mas é certo que transformaram o descontentamento surgido com as atitudes de que eram vítima em ação, no mínimo, duas vezes. Voltaremos a esta questão no próximo capítulo.

O sucesso ou fracasso da empreitada no Brasil dependia de uma série de variáveis, mais ligadas ao acaso que à escolha, que começava na região de destino e acabava no humor dos fazendeiros e administradores da produção. “Para o colono que se encontra nas condições favoráveis o lucro líquido do seu trabalho é considerável e certamente superior a quanto pode

---

40 “No começo do século a Câmara Italiana de Comércio de SP decidiu publicar ‘diariamente nos 3 jornais italianos da cidade um boletim próprio indicando o preço da esterlina e o preço das passagens para a Itália’, pois ‘geralmente os colonos são enganados’”. *Boletim da Câmara Italiana de Comércio e Artes de São Paulo*, novembro de 1902, p. 12 *apud* Ianni, p. 126.

esperar, em iguais condições, na Itália”, mas o oposto também é verdadeiro, pois “as famílias que não encontram um bom patrão tornam-se no Brasil mais sujas do que se estivessem na Itália.<sup>41</sup> Definir que feliz combinação levava a um quadro favorável implica entender a dinâmica social em São Paulo.

## 2.1 Condições de atração

O fim da escravidão no Brasil e a introdução maciça do trabalho livre, como qualquer alteração social profunda, não constituem um fenômeno monocausal. As pressões externas, as incompatibilidades entre a modernização e escravidão, as restrições naturais ao crescimento da força de trabalho escrava são alguns dos fatores, entre tantos outros, que explicam seu abandono. Resumi-las todas à ação da lei que proíbe o tráfico em 1850 é ignorar que outras leis, em outras épocas e com o mesmo objetivo, já haviam sido baixadas sem encontrar eco nas práticas nacionais, num exemplo da predisposição histórica do legislador nacional em regular a ficção. O ano de 1850 pode, no entanto, ser utilizado como marco não apenas pela redução efetiva, até a completa extinção, do tráfico negreiro, mas também pela ação de diferentes agentes e forças em busca de alternativas viáveis, do ponto de vista dos cafeicultores, para a reconfiguração do espaço da produção. O fornecimento da mão-de-obra para a lavoura do Sudeste, principal fonte das divisas nacionais, era uma incógnita cuja solução exigia a

---

41 “Per il colono che si trovi nelle condizioni favorevoli sovraccennate il profitto netto del suo lavoro è considerevole e certamente assai superiore a quanto in uguali condizioni potrebbe sperare in Italia.” Rozwadowski, *op. cit.*, p. 170. “Le famiglie che non capitano sotto un buon padrone diventano nel Brasile più sudicie di quello che fossero in Italia”. Adolfo Rossi, “Condizioni dei coloni italiani nello stato di San Paolo (Brasile)”. 1902. p. 12.

convergência de todas as energias da nação. Nos primeiros anos da proibição a carência de trabalhadores foi driblada pelo contrabando e pelas migrações internas, sendo as experiências com o trabalho livre, via de regra, mal-sucedidas, situação que acabava por cristalizar a opinião arraigada entre os fazendeiros sobre a superioridade do escravo perante o trabalhador livre.<sup>42</sup> A resistência acabou quebrada por iniciativas e experiências que visavam, em última instância, diminuir o risco de prejuízo e transtorno para os fazendeiros. Pode-se assim dizer que a introdução do trabalho livre no Brasil em geral e em São Paulo em particular constituiu-se na criação de uma força de trabalho livre numa situação de desenvolvimento agrícola extensivo, com escassez potencial de mão-de-obra. Colocado o problema da disponibilidade de trabalhadores, segue-se um amplo e intenso debate entre os diferentes grupos da elite agrária paulista e brasileira sobre quem seriam os trabalhadores a ocupar a lavoura, e nas alternativas propostas há além do cálculo econômico a consideração acerca de aspectos culturais, étnicos e sociais. A necessidade de suprimento de mão-de-obra levou à criação de uma rede de atividades, regulamentos e iniciativas que criavam condições de atração dos excedentes demográficos, seja mediante incentivos diretos, indiretos, seja mediante formas de coerção mais ou menos veladas.

A abundância de mão-de-obra nos países europeus e a falta de braços de que tanto se queixavam os fazendeiros paulistas<sup>43</sup> enlaçaram-se num casamento de conveniência que gerou

---

42. “[...] aceitar o trabalho livre era abdicar de uma parcela de autoridade profundamente arraigada na mentalidade senhorial. Era colocar-se nas mãos do trabalhador. Era ter que ouvir suas pretensões e cedo ou tarde medir-se com ele, quem sabe até numa situação de inferioridade. Isso seria para o senhor uma inversão da ‘ordem natural’.” Emilia Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966. p. 72.

43 “A atitude [dos fazendeiros do Oeste em relação à imigração] foi pragmática, não parecendo ter derivado de nenhum cálculo sobre a maior ou menor produtividade de um ou outro tipo de mão-de-obra. Usava-se a que fosse disponível, e como a escrava estava condenada a desaparecer, a solução seria buscar a livre” José Murilo de

uma massa de dois milhões e meio de almas.<sup>44</sup> Como berço esplêndido para os frutos dessa relação, oferecia-se todo o planalto bandeirante que foi sendo impiedosamente ocupado pelo café, numa voracidade impressionante. Dos primeiros cafeeiros do Vale do Paraíba na década de 1850, avança pela região de Campinas nos anos seguintes, rompe a fronteira do sertão de Araraquara em 1886, estendendo-se para Bauru e S. José do Rio Preto na década de 1920 e o extremo Oeste em 1935, até atingir as barrancas do rio Paraná e esparramar-se pelo norte do estado de mesmo nome em meados do século XX. Durante este período, a fonte provedora de braços foi sendo gradativamente modificada: se nos primeiros momentos a Itália desponta como campeã de entradas, nas últimas localidades citadas os contingentes de japoneses são predominantes.

No Brasil observa-se um paradoxo que certamente não é único, mas é revelador do caráter das transformações pelas quais passou e passa a nação: a adoção de um novo regime de trabalho, a introdução de um enorme contingente de indivíduos e a mudança do eixo econômico da nação, mais que fatores de transformação e criação, foram escoras na envelhecida estrutura latifundiária, exportadora, personalista e conservadora de seculares raízes.<sup>45</sup> A hidra dos interesses cafeeiros levou a uma reconformação da paisagem natural e econômica do estado de São Paulo, na qual elementos contraditórios misturaram-se para formar uma sociedade

---

Carvalho, "A política da abolição: o rei contra os barões". *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 293-4.

44 "[A nacionalidade italiana], com cerca de um milhão de indivíduos, representou 40% da soma de imigrantes, num total de 2,5 milhões [chegados em São Paulo entre 1870 e 1920]. Zuleica Alvim. "O Brasil italiano", p. 395.

45 Michael Hall, "Reformadores de classe média: a Sociedade Central de Imigração". *Revista de História*, São Paulo, 1976. p. 168.

econômica e socialmente dinâmica, amálgama do velho e do novo.<sup>46</sup> A riqueza que exponencialmente foi auferida pela lavoura cafeeira paulista manteve o caráter excludente do modelo de desenvolvimento escolhido, que abria mão da tarefa de criar condições plenas de melhoria ao conjunto da população e que via o povo, no máximo, como alguém a ser cooptado. Ou, nas palavras de um articulista:

“[...] foi realmente uma maravilha o que se passou em São Paulo. Progredimos e prosperamos sem o recurso do braço nacional. [...] O trabalhador nacional amolda-se às circunstâncias e suporta impávido as flutuações do mercado. Não tendo diante de si outro horizonte senão o da terra em que vive permanentemente e que não lhe é fácil abandonar, a sua cooperação é certa e contínua, quer em um período de prosperidade, quer na época das privações; se não pode viver com um prato de feijão, vive com meio, e, resignado, aguarda melhores tempos”.<sup>47</sup>

Outras visões sobre a mão-de-obra nacional conseguiam, na sua obtusa sinceridade, ser menos otimistas que a anterior. A ocorrência de ciclos sazonais de prosperidade e crise, típico de economias de exportação dependentes, seria resultado da

“[...] vadiagem que acometeu todas as camadas sociais. [...] São inúmeras as causas que concorrem para entorpecer nossa marcha entre as nações civilizadas, mas a base, a pedra angular do grande edifício é a desorganização do trabalho, que por sua vez cria a vadiagem, o parasitismo, e todas as conseqüências que dele emanam.

---

46 “As fazendas do Oeste paulista foram (...) ao mesmo tempo o setor mais progressista e o mais retrógrado da sociedade brasileira”. Warren Dean. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. São Paulo: Paz e Terra, 1977. p. 62.

47 Luiz Carlos de Pereira Barreto. “A colonização”. In: *Revista Agrícola*, ano VII, 15/07/1901. n.º 72. pp. 261-264.

[Se] nós fizermos com que a grande massa da população brasileira, que não consome nem produz, venha trabalhar com a parte ativa e laboriosa [...] teremos o comércio [...] que vivifica a anima o corpo social de uma nação.”<sup>48</sup>

Como nota outro,

“[...] a repressão da vadiagem não deve tampouco ser esquecida, pois nada é mais absurdo em regime democrático do que viverem as classes produtoras sobrecarregadas de tributos, enquanto ao seu lado vivem em folgança eternos parasitas que gozam de todos os benefícios da sociedade, recusando-lhe ainda por cúmulo o seu concurso, que se paga a bom dinheiro.”<sup>49</sup>

O próprio presidente Campos Salles notava, meses após o crime que acometera seu irmão, que a vadiagem “continuará a depor contra nossa civilização”, a não ser que “enérgicas e prontas medidas de repressão não forem adotadas pelos poderes públicos”, dentre as quais sugeria “o aproveitamento e correção desses indivíduos pelo trabalho da lavoura ou da indústria, em estabelecimentos apropriados.”<sup>50</sup>

Os poderes públicos aos quais apelava Campos Salles haviam resolvido o problema da lavoura dando ênfase à criação de mecanismos que favorecessem a entrada de trabalhadores considerados menos vadios. A utilização de setentrionais ou meridionais, chineses ou espanhóis, protestantes ou católicos ocupou as tribunas dos legislativos e as páginas dos jornais, ávidos por uma solução que unisse produtividade, frugalidade e submissão. Numa estrutura social dominada pelo latifúndio exportador e herdeira de mais de três séculos de escravidão, eventuais resistências

---

48 Pedro Gordilho Paes Leme, “Meios de fazer crescer a produção”. In: *Revista Agrícola*, 1900. pp. 458-462.

49 A. Gomes Carmo. “Nova era”. *Revista agrícola*, 1899. p. 151.

50 *Mensagem de Campos Salles ao Congresso Nacional*, 1901. Disponível em < <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html>>. Acesso em 27 /07/2003.

ao trabalhador imigrante explicam-se mais pela relativa perda de poder sofrida pelo fazendeiro diante da nova realidade do trabalho do que pela opinião arraigada sobre uma maior aptidão do braço escravo para a lavoura de café. Encurralado o escravismo, cristalizaram-se as opiniões em dois pólos: um que via no futuro um regime econômico escorado na indústria, no trabalho assalariado, na pequena e média propriedade, cujo modelo cultural eram os filantropos da segunda metade do XIX (Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Ruy Barbosa) e representados pela Sociedade Central de Imigração e veículos como a *Revista Agrícola*; e outro, composto pelos fazendeiros do Centro-Sul, que antes de abolir, pretendiam substituir o braço escravo, tendo como preocupação apenas o *quantum* de força de trabalho disponível<sup>51</sup>.

O sucesso das iniciativas da introdução de imigrantes no complexo cafeeiro tinha um significado mais profundo, pois vencia a corrente desejosa de que ao imigrante não fossem doadas terras e contrários aos núcleos coloniais, pois procuravam, antes de tudo, força de trabalho barata e dócil necessária à expansão cafeeira no planalto bandeirante.<sup>52</sup> Como nota Dean em seu trabalho sobre Rio Claro, “todas as vezes que os fazendeiros de café do Oeste paulista conseguiram fazer prevalecer seus interesses, dominou a política que visava fornecer braços para

---

51 Alfredo Bosi. “A escravidão entre dois liberalismos”. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

52 “Tanto os princípios que regeram a organização dos núcleos coloniais após a Lei de Terras de 1850, quanto os que nortearam a sua reorganização em 1886-1887, tinham por fundamento a ‘mercantilização’ da terra. De início, o objetivo era impedir que o imigrante se transformasse em proprietário pela simples posse de terrenos devolutos, o que, se ocorresse, o transformaria num concorrente do grande proprietário e, sobretudo, a este privaria do braço trabalhador. Na reformulação dos núcleos, as implicações desses princípios foram ampliadas ao se estabelecer, implicitamente, que a transformação do imigrante em proprietário só seria possível pela poupança de ganhos mediante a venda da força de trabalho (assalariada ou por empreitada) na grande lavoura”. José de Souza Martins, *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973. p. 81.

as lavouras”.<sup>53</sup> Os dados disponíveis sobre a relação entre imigrantes e posse de terra em São Paulo, os debates que resultaram na edição da Lei de Terras de 1850 e as disposições desta lei sobre acesso e destinação de terras devolutas são indícios reveladores da estreita vinculação existente entre a reorganização do espaço produtivo e as necessidades da lavoura paulista.<sup>54</sup>

Havendo dificuldades à realização do objetivo de tornar-se proprietário, restavam aos imigrantes poucos canais de ascensão social ao permanecer como colonos de café. O sonho de fazer a América em solo brasileiro era mais palpável àqueles que conheciam algum ofício ou dispunham de capital. Nenhum dos dois casos parece aplicar-se aos Longaretti. Seu caso enquadra-se nas conclusões apresentadas por Hall sobre a mobilidade social e ajudam a entender o porquê de o campo paulista ter sido caracterizado como o “cativeiro da terra”. Mesmo após os anos de trabalho nas lavouras, aos Longaretti restava como alternativa no momento do crime moverem-se não pela pirâmide social, mas sim de fazenda a outra em busca das condições que inexistiam na Nova América. O desejo básico que deve ter movido os Longaretti da Lombardia para Anápolis, o incremento das condições de vida e a criação de um pecúlio, tinha como obstáculos principais o desconhecimento das condições efetivas de trabalho existentes no campo paulista, a forma pela qual o espaço produtivo fora reconfigurado na segunda metade do século XIX e as próprias condições de vida encontradas nas fazendas.

A análise do acesso e posse da terra pelos imigrantes é múltipla e está longe de ser unânime. Ainda que alguns autores considerem que as condições nas fazendas de café paulistas favoreciam a inserção econômica dos imigrantes, cujo papel teria sido determinante na

---

53 Dean, *op. cit.*

54 José Murilo de Carvalho. *op. cit.* p. 329-355.

diversificação econômica da região, um mapeamento dos proprietários rurais de São Paulo realizado poucos anos depois do crime mostra uma presença bastante reduzida de estrangeiros entre os lavradores: os poucos encontrados geralmente dispunham de extensões consideráveis de terra, o que leva a crer que já dispusessem de um capital considerável ao criar seus estabelecimentos, conclusão a que chega Dean ao analisar os *plantations* paulistas. Assim, a despeito da disponibilidade aparente de terras a serem cultivadas<sup>55</sup>, as chances reais do colono amearhar um pé-de-meia que possibilitasse atingir a condição que havia perdido na terra natal era quase nula, visto que os mecanismos de posse, propriedade e transmissão da terra eram obscuros, ineficientes e favoreciam a concentração.<sup>56</sup>

As iniciativas de reorganização da produção, que implicavam em última instância a opção por um modelo de desenvolvimento e de sociedade, sobrepuseram-se umas às outras e deixaram atrás de si uma legislação confusa, que carecia de direção e de uniformidade; no ano do assassinato de Diogo Salles, já adentrada no país uma massa considerável de trabalhadores e repletos os jornais de anúncios de vapores e agências voltadas à importação de braços, ainda observamos seu irmão Campos Salles pregar “regras gerais a serem cumpridas pelas partes” envolvidas na imigração.<sup>57</sup> A regulamentação da imigração, especialmente aquela voltada aos núcleos coloniais, padecia da falta de coerência que quase sempre tinha como resultado a indenização aos particulares incumbidos de estabelecer tais núcleos, exemplo do hábito nativo de

---

55 Thomas Holloway. *Imigrantes para o café – café e sociedade em São Paulo 1886 – 1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

56 Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. *Inquérito agrícola sobre o estado da lavoura cafeeira no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1904.

privatização dos ganhos e socialização dos prejuízos.<sup>58</sup> As disposições oficiais voltadas à organização, correção e incentivo ao fluxo migratório, na visão das autoridades italianas, “permaneceram sempre letra morta”, como no caso do regulamento de 28/06/1890, que determinava a responsabilidade do governo pelo imigrante nos primeiros seis meses e canais para ver suas reclamações atendidas após isso; no entanto, “até nesse período de seis meses o colono fica absolutamente em poder do proprietário”.<sup>59</sup> Apesar dessas vacilações, as iniciativas tomadas no período republicano resultaram em números cada vez mais expressivos de entradas na última década do século, números que só exibem queda a partir da crise cambial que assola o setor cafeeiro a partir de 1897.<sup>60</sup> O crime de Angelo, na visão de alguns autores, teria cristalizado as críticas contumazes à emigração para o Brasil numa pressão específica junto às autoridades italianas para impedir a viagem subsidiada, fato que efetivamente ocorre com o chamado “decreto” Prinetti, uma portaria assinada pelo ministro de relações exteriores italiano em 1902,

---

57 *Pronunciamento de Campos Salles na abertura dos trabalhos legislativos de 1901*. Disponível em <<http://wwwwcrj-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html>>. Acesso em 27/07/2003.

58 Sobre a falta de regulamentação, as indenizações e os problemas verificados pelo governo brasileiro à época, consultar os relatórios do Ministério da Agricultura 1900, do Ministério das Relações Exteriores 1902/1903 e a mensagem de Campos Salles ao Legislativo para 1901. Documentação disponível em <http://wwwwcrj-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html>.

59 “anche in quel certo periodo di sei mesi, dopo il quale egli rimane assolutamente in balia del proprietario” A. L. Rozwadowski, *op. cit.*, p. 154.

60 “Seria ingenuidade acreditar que as edições dos dois mencionados decretos [(no. 212 e 213 de 22/2/1890)] tenham sido a causa isolada do aumento da imigração; óbices legais, porém, foram removidos, e assim, somados outros fatores, a verdade é que 'em dez anos após a abolição, de 1890 a 1900, entraram no Brasil 1.443.892 imigrantes, o

que estabeleceu a proibição. O exemplo italiano será posteriormente seguido por outras nações, e sua justificativa repousava nas condições de trabalho nas fazendas, os atrasos nos salários e as condições da viagem.<sup>61</sup>

## 2.2 O trabalho e a vida no colonato

As primeiras tentativas de uso intensivo de mão-de-obra nas lavouras de café ocorreram a poucos quilômetros do palco do assassinato de Diogo Salles. Seu principal articulador foi o senador Vergueiro, dono de importantes fazendas na região de Rio Claro e que em 1847 importou, para uma sua fazenda em Limeira, colonos suíços e alemães contratados num sistema denominado de parceria,<sup>62</sup> que consistia basicamente na divisão meio a meio dos resultados líquidos da colheita. O sistema não agradava a nenhuma das partes, pois os fazendeiros apontavam a baixa taxa de retorno do capital investido na importação de braços e falta de estímulo à produção, enquanto os colonos reclamavam da impossibilidade de poupança e dos

---

dobro do número de entradas nos oitenta anos anteriores.” Oris de Oliveira. "A Tutela do Imigrante". In: Gianfausto Rosoli (org.), *Emigrazioni Europee e Popolo Brasiliano*, Centro Studi Emigrazione, Roma, 1987. p. 87.

61 Maria Tereza Schorer Petrone. "Imigração". In: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, t. 3, v. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963. p. 108.

62 “[...] de 1849 em diante, o trabalho assalariado livre, de europeus, foi cada vez mais empregado em Rio Claro, onde fora introduzido por Vergueiro pouco depois de ter utilizado colonos suíços e alemães em sua fazenda em Limeira.” Dean, *op. cit.* p. 61.

inconvenientes de uma sorte variada de privações<sup>63</sup> A origem desses inconvenientes era o ônus excessivo representado pela passagem marítima, que de um lado aumentava o risco do investimento e de outro impossibilitava a poupança, quando não a remuneração. Utilizado até 1877, foi abandonado em favor da criação de subsídios estatais ao fazendeiro que importasse trabalhadores; subsídio parcial, adotado em 1881, que se torna integral em meados da década.<sup>64</sup> Subsidiada a passagem, escancaravam-se as portas das fazendas paulistas para os europeus que não tinham espaço na modernidade de suas nações, inundando-se o mercado de trabalho com famílias inteiras com expectativas de melhoria. Além disso, com a passagem subsidiada, tornava-se mais fácil controlar o destino e a ocupação do imigrante em solo brasileiro. O incentivo à produção foi conseguido mediante a divisão da remuneração referente a cada parte do processo de produção do cafezal; assim, as carpas periódicas necessárias para livrar o terreno de pragas era remunerado a cada mil pés de café sob responsabilidade da família durante o ano agrícola, enquanto o salário referente à colheita era pago pela quantidade colhida.

Um primeiro dado verificado na caracterização do cotidiano no colonato é a uniformidade de condições nas diferentes fazendas descritas. Essa uniformidade explica-se pela velocidade e intensidade com que o café avançou pelo território paulista e ajuda a refletir sobre a

---

63 “[Dado o descontentamento mútuo e o conseqüente malogro do sistema de parceria], os colonos, logo que podiam, abandonavam as fazendas. Às vezes nem esperavam saldar seus compromissos: fugiam. [...] O desejo de evadir-se, de retirar-se da colônia, assim que pudesse, dava a essa mão-de-obra um caráter móvel e instável, ao qual os fazendeiros não estavam acostumados. Era-lhes difícil adaptar-se às exigências do trabalho livre.” E. V. Costa, *op. cit.*, p. 139.

64 “No início de 1881, os fazendeiros, politicamente bem situados na província, conseguiram que o Governo arcasse com o pagamento de metade da passagem dos imigrantes; finalmente, pela Lei no. 28, de março de 1884, que

eficácia dos meios empregados pelos cafeicultores paulistas na reconfiguração do mundo do trabalho, pois conseguiram ao mesmo tempo criar um mecanismo peculiar de atração de mão-de-obra e de controle produtivo, alterar de forma rápida e definitiva um espaço natural com área equivalente a de toda Itália e perpetuar o seu domínio sobre a política e a economia nacionais.

O emprego de toda a família na produção não era uma novidade para a maioria dos imigrantes. Os regimes de trabalho rural existentes na Itália em geral e no Norte em particular gravitavam em torno da idéia do emprego de todo o núcleo familiar numa mesma unidade produtiva, com divisão de tarefas e hierarquia definidas com base no gênero e na idade. Tanto *mezzadri* quanto *braccianti* empregavam-se, via de regra, junto com seus parentes imediatos nos serviços existentes no meio rural peninsular. Da mesma forma em São Paulo, desde as primeiras iniciativas de trabalho livre privilegiou-se o grupo familiar ao indivíduo avulso e solteiro. A complexa divisão do trabalho empregada na Itália, se não desapareceu junto com a imigração, ao menos sofreu consideráveis pressões.

Tal preferência pode ser explicada por uma série de fatores: a família comporta, em seu interior, uma útil reserva de mão-de-obra constituída pelos filhos menores e pelas mulheres; também a fixação dos trabalhadores é teoricamente maior quando toda a família está reunida em torno de uma mesma atividade<sup>65</sup>; por último, o uso de incentivos e os meios de coerção

---

assumisse o traslado integral dos colonos e pequenos proprietários até os núcleos.” Zuleika Alvim. “O Brasil italiano (1880-1920)”. In: Bóris Fausto (org.). *Fazendo a América*. São Paulo: Edusp, 2000.

65 “Não sabemos se por delicadeza ou por ironia sempre se lhes chama colonos”. *Revista Agrícola*, suplemento no. 69. fevereiro de 1901.

encontram canais múltiplos de disseminação e ação efetiva. O rendimento do trabalho e a remuneração dependiam diretamente da participação de todos os membros da família na produção. A vida social, a familiar e o trabalho tinham, no colonato, fronteiras pouco nítidas.

A formação de uma fazenda, iniciada pela derrubada ou queimada da floresta, empregava trabalhadores avulsos ou por turma (camaradas) e colonos. Existiam tarefas que eram deixadas a encargo dos colonos, ou seja, de famílias inteiras (a manutenção do cafezal, por exemplo), enquanto outras eram destinadas aos camaradas, geralmente homens solteiros, responsáveis por parte da colheita (quando a necessidade de mão-de-obra era maior), no beneficiamento e em outras tarefas não especializadas como o trato dos animais, o auxílio no transporte, no carregamento, no reparo de estradas e cercas. No período da formação do cafezal em covas marcadas, a plantação e a limpeza do terreno até o início da produção eram atividades que demoravam quatro anos em média, quando o colono dedicava-se ao plantio intercalar de feijão e milho, além de prestar serviços gerais na fazenda como diarista. Uma vez formado o cafezal, o trabalho concentrava-se na manutenção da plantação e na colheita do produto.<sup>66</sup>

Um trabalhador adulto conseguia colher até 250 litros por dia, e quanto mais colhesse melhor seria sua remuneração ao final da colheita, que acabava entre setembro e outubro. Assim, o tiro da garrucha que portava Angelo ressoou num momento de fechamento das atividades de um ano extenuante, quando os créditos e os débitos das cadernetas eram calculados e para que a remuneração do ano fosse estabelecida.

O ritmo de trabalho dos colonos de café era em grande parte definido pelo ciclo de produção dos cafeeiros e pelo regime de chuvas. O interior paulista tem duas estações do ano

bem definidas: a primeira, cujo início é marcado pelas primeiras chuvas de primavera, mostra temperaturas elevadas e chuvas torrenciais e de curta duração, especialmente entre dezembro e fevereiro; a segunda, iniciada pela estiagem de outono, comporta temperaturas mais amenas e precipitações raras, revelando o vermelho do solo argiloso que cobre a maior parte da zona cafeeira. A umidade dos meses de primavera e verão favorece o desenvolvimento tanto das culturas agrícolas como das pragas e ervas daninhas, o que exige um cuidado redobrado: as ruas do cafezal ficariam tomadas por mato se não fossem constantemente capinadas, tarefa que ocupava grande parte do tempo do colono, pois além da retirada do mato é necessário revolver a camada superficial de húmus para melhorar a absorção da umidade.<sup>67</sup>

O ovo de Colombo do colonato, sistema sob o qual os Longaretti trabalhavam, era a remuneração, que misturava peça e tarefa e era uma “educação para o trabalho intensivo”, pois quanto mais se cuidasse do cafezal durante o ano agrícola, mais os pés produziriam, gerando assim uma maior remuneração na época da colheita. A absoluta maioria dos contratos era verbal e dificilmente reconhecida por credores ou pelo judiciário em caso de insolvência do contratante.

A forma de manter a mão-de-obra dócil e produtiva foi, afinal, o aumento de sua oferta e do uso de formas de coerção monetárias (as multas) e não-monetárias (a restrição ao trânsito e a imposição de normas rígidas de conduta), tornando o controle dos trabalhadores uma

---

66 Alvim, *op. cit.*, 2000. p. 397.

67 Dean, *op. cit.* p. 49.

combinação de paternalismo com a eficiência dos mecanismos de mercado.<sup>68</sup> A família era pedra angular do regime, pois as tarefas eram divididas entre seus membros: homens adultos ficavam responsáveis pelo cafezal, mulheres adultas cuidavam das atividades da casa e das culturas de outros gêneros, enquanto as crianças auxiliavam no trato com os animais. O sucesso de cada família na criação de um pecúlio dependia, dessa forma, do número de “enxadas” que dispunha, isto é, de adultos dedicados ao cafezal.

A necessidade de braços não implicou a criação de mecanismos eficazes de proteção e defesa dos interesses dos trabalhadores, e no plano individual a experiência da chegada ao Brasil em direção às fazendas reservava surpresas desagradáveis. “Quando um passageiro desembarca em Santos é cercado por uma turba de ladrões que seqüestram-no, arrancam sua bagagem com viva força, conduzem-no a botecos sujos, trocam o pouco dinheiro que tem trapaceando”.<sup>69</sup> Se precisamos filtrar na leitura o tom carregado com o qual o semanário socialista *La battaglia* descrevia a chegada dos imigrantes ao principal porto de entrada para a lavoura, necessitamos também considerar outros relatos sobre as condições encontradas pelos italianos aqui. E os relatos disponíveis, se menos ácidos que o da folha socialista, ainda assim indicam as estreitas possibilidades de escolha consciente do local de trabalho, do patrão e do próprio destino. “A exagerada avidez dos mercadores de carne branca e das companhias marítimas e a indiferença ou ignorância do governo italiano consentiu que, a partir do campo do

---

68 Verena Stolcke. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo, 1850-1890”. In: *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

69 “Quando un passeggero sbarca in Santos è circondato da una turba di ladroni che lo sequestrano, gli strappano a viva forza il suo bagaglio, lo conducono in taverne sudicie, li cambiano il poco dennaro che ha truffandolo”. *La battaglia*, n. 70, março de 1906.

Veneto e da Basilicata, como de outras regiões, tantos infelizes fossem suprir o trabalho do escravo africano habituado à verga do infame fazendeiro”<sup>70</sup>.

Desde o momento de formalização do vínculo de trabalho os imigrantes tinham contra si o duplo obstáculo do analfabetismo e do idioma. Dependiam quase integralmente das informações passadas pelos agentes de imigração, em alguns casos das opiniões de parentes e vizinhos já versados na experiência transoceânica, e da “turba”. As condições oferecidas pelos futuros patrões, fossem reais ou puro logro, não tinham como ser verificadas pelos recém-chegados. Mesmo patrões com débitos acumulados e financeiramente insolventes podiam continuar a recrutar trabalhadores na Hospedaria, o que fazia com que a o grau de incerteza quanto à lisura na elaboração e execução dos contratos subisse consideravelmente. Nas palavras de um colono: “Como na Hospedaria nós poderíamos saber se os patrões aos quais nos mandavam os agentes eram bons ou maus? É questão de sorte. Nós somos desgraçado, tratados como gente vendida.”<sup>71</sup>

Durante os anos de estada de Angelo Longaretti no Brasil a situação do imigrante nas fazendas foi constantemente denunciada como degradante. A estreiteza das possibilidades, comparada à amplitude das expectativas, ajuda a explicar o pessimismo de alguns testemunhos ao

---

70 d'esosos avidità di mercanti di carne bianca e di compagnie marittime e l'indifferenza o l'ignoranza del Governo italiano abbiano consetitò (?) che dalle campagne del Veneto e della Basilicata, come da altre, tanti infelici fossero tratti a supplire al minor lavoro dello schiavo africano abituato alla verga degl'infami *fazendero*”. Attilio Brunialti, "Gli Italiani Fuori d'Italia" in *La rassegna nazionale* - fascicolo 215 - 16 Ottobre 1890. p. 633. N. Malnate. "L'emigrazione clandestina" in *La Rassegna Nazionale*, p. 508-517. anno XXXIII, volume CLXXVIII, 16 abril 1911.

71 Pietro Colbacchini, "L'Emigrazione Italiana negli Stati Uniti del Brasile - condizioni presenti - provvedimenti opportuni per migliorarle" in *La rassegna nazionale*, fascicolo 320, 1º. marzo 1895.

papel desempenhado pelos peninsulares em São Paulo e ao caráter geral da imigração. Nas críticas acusa-se a falta de habilidade dos “escravistas” no trato com os trabalhadores emigrados, que teriam vindo ao Brasil “prestar um trabalho servil depois dos negros escravos da África”,<sup>72</sup> pela permanência de práticas e mentalidades que afrontavam diretamente as noções de autonomia e de liberdade no trabalho que os imigrantes pudessem trazer. A comparação entre a situação dos cativos e dos colonos, por mais que seja em grande parte forçada em suas piores cores, é uma recorrência na caracterização das condições de vida em São Paulo. “A Itália continua a ser abandonada pelos seus filhos mais que qualquer outra nação. Porém, para a maioria não sorri a fortuna: maltratados, tidos como pouco mais que escravos, constrangidos a perder até a cidadania no Brasil.”<sup>73</sup>

A imprensa socialista da época era pródiga em periódicos voltados à comunidade italiana, dentre os quais havia o *Avanti!* e *La battaglia*. Em suas páginas encontramos uma denúncia constante: denúncia que invariavelmente gira em torno da prepotência dos administradores, agressões infundadas, falta de pagamento e omissão das autoridades perante a situação, fossem italianas, fossem brasileiras. Casos escabrosos surgem, como o de um colono que, cansado de ser logrado nos pesos e medidas empregados na remuneração e tendo sido advertido pela má qualidade do serviço que executara, afirma que o administrador “não tinha o direito de reclamar por ter-lhe negado um pouco de milho para matar a fome, que chegava

---

72 Enrico Corradini, *Discorsi Politici, 1902-1924*. Ed. Vallecchi, Florença, 1925, p. 80. apud Ianni, *op. cit.* p. 88.

73 “l’Italia continua ad essere abbandonata dai suoi figli più di qualsiasi altra nazione. E pure ai più non sorride fortuna: maltrattati, tenuti poco meno che schiavi, costretti a perdere persino la cittadinanza al Brasile”. Attilio Brunialti, *op. cit.*, p. 618.

daquela vida sem esperança”. A resposta do administrador foi dar-lhe “inesperadamente cinco golpes no desgraçado, que caiu vomitando sangue”.<sup>74</sup>

A mentalidade dos fazendeiros no trato com os colonos incorporava o uso da força física como instrumento de definição dos espaços sociais que cada qual deveria ocupar. O caso do espancamento de uma das testemunhas por Diogo Salles, tratado no próximo capítulo, faz eco a um caso relatado a Rossi por um jovem colono mantovano:

“Meu pai estava moribundo, e eu pedi a N.N. um pouco de dinheiro que nos devia para chamar um médico. N. N. recusou com maus modos. Eu respondi irritado a N. N. pai e nisso fui agredido e perseguido por N.N filho. Felizmente não tinha comigo nenhuma arma, de outro modo teria cometido uma loucura”.<sup>75</sup>

O trato violento com os trabalhadores não era atributo exclusivo dos proprietários brasileiros, pois “feitas poucas exceções, os fazendeiros italianos [...] não tratam melhor [os colonos] que os brasileiros”.<sup>76</sup> A folha *Avanti!* dizia que “quando se trata de arrancar o sangue do trabalhador, os patrões são todos iguais, brasileiros ou não”.<sup>77</sup> A figura distinta de fazendeiro na República Velha era acompanhada, aos olhos dos estrangeiros, da permanência no uso da violência no trato com os trabalhadores presente na escravidão. Notava-se que “proprietários

---

74 “Sparò cinque colpi a bruciapelo sul disgraziato che cadde vomitando sangue”. *La battaglia*, 19/08/1906.

75 “Mio padre era moribondo, ed io avevo chiesto al N.N. un po’ del denaro che gli avanzavamo, per chiamare un dottore. Il N. N. rifiutò com brutte maniere. Io risposi irritato al N. N. padre e in quella fui (sic) aggredito e percosso dal N. N. figlio. Fortunatamente non tenevo indosso nessun’arma, altrimenti avrei commesso qualche sproposito.” Rossi, *op. cit.* p. 19.

76 “fatte poche eccezioni, i *fazendeiros* italiani della comarca di Jaboticabal non trattano i coloni meglio dei brasiliani”. *Idem, ibidem*, p. 46.

77 *Avanti!*, 24 de novembro de 1900.

considerados incapazes de qualquer abuso em relação ao colono [...] são quase sempre o antigo senhor de escravos, ao modo feudal, consciente de ser senhor absoluto na sua propriedade, com o arbítrio como única norma de conduta.”<sup>78</sup> A violência estava presente mesmo antes da chegada aos cafezais. Chamava a atenção o “modo rude com o qual é feito o serviço de ordem pública no interior do edifício” da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.<sup>79</sup>

As condições de vida dos imigrantes tornavam-se mais estreitas à medida em que o trabalhador avançava para o interior e se afastava dos núcleos urbanos e das linhas férreas.<sup>80</sup> Apenas as fazendas maiores e mais estruturadas dispunham de uma infra-estrutura considerável para a vida comunitária, e chamava a atenção a “falta absoluta de escolas e de igrejas, a distância de qualquer centro habitado, os preços altíssimos cobrados por visitas médicas e compra de remédios, a disciplina que freqüentemente assemelha uma fazenda a uma colônia de degredados”.<sup>81</sup> As queixas podiam obter como resposta aquilo que Rossi relata ter ouvido em Jaú: “- Fica quieto e cala boca: vocês italianos são escravos”. A rudeza causava espanto, pois “são bem poucos os homicídios que acontecem. Se os italianos devessem recorrer à navalha cada vez que fossem injustamente maltratados, seria uma matança diária”.<sup>82</sup>

---

78 “proprietari che io riteneva incapaci di qualunque abuso verso il colono, dimenticando che sotto molti *fazendeiros* anche con apparenza di persone distinte, c'è quasi sempre l'antico padrone di schiavi ed il signorette alla guisa feudale colla coscienza di essere padrone assoluto nella sua proprietà, col suo arbitrio per sola norma di condotta.” Rozwadowski, *op. cit.*, p. 166.

79 “modo rude com cui è fatto il servizio dell'ordine pubblico nell'interno dell'edifizio”. *Idem, ibidem*, p. 159.

80 N. Malnate, *op. cit.* pp. 420-430.

81 Adolfo Rossi, *op. cit.*, p. 4.

82 Creda pure che data la fama di violenze a cui si abbandonano gli italiani, sono ben pochi gli omicidi che avvengono. Se gli italiani dovessero ricorrere al coltello ogni volta che vengono ingiustamente maltrattati, sarebbe un macello quotidiano.” *Idem, ibidem*, p. 41.

Em suma, as relações no interior das fazendas era negócio no qual “nem autoridade local, nem Cônsul, nem governo estrangeiro tinham o direito de meter o nariz”. O poder de intimidação dos fazendeiros e de seus camaradas atingia até as autoridades policiais.<sup>83</sup> Obviamente seria impossível aos fazendeiros impor um regime de trabalho atroz utilizando-se apenas da coação direta e da força física; outros mecanismos de disciplina e coerção, mais sutis que a verga, a navalha e a garrucha, operavam no complexo cafeeiro. Um deles era a punição em forma de multas.

As multas eram utilizadas “para [os fazendeiros] diminuírem o débito que tem com o colono; aplicam multas por qualquer motivo fútil, ou maltratam-no, obrigando assim os colonos a emigrar para outras fazendas, às vezes fugindo na calada da noite, abandonando seu crédito e em certos casos perdendo sua mobília e bens pessoais”.<sup>84</sup> Rozwadowski cita o caso do fazendeiro que com multas transformou um crédito de quatrocentos milréis em débito; a recuperação do prejuízo era virtualmente impossível, “já que a polícia, que tem atribuições judiciárias, por hábito sempre dá razão ao fazendeiro e o erro ao colono, isso quando não pune este último”, como irá efetivamente com Angelo Longaretti alguns meses antes do crime.<sup>85</sup> Um colono, ao receber uma multa de cento e oitenta milréis “por ter respondido mal”, responde com espanto: “Mas você me

---

83 “Alle reiterate domande il padrone rispondeva com minaccie di morte. [...] Dovette abbandonare la *fazenda* sotto le minaccie dei *capangas*. [...] Il V. minacciò di farli bastonate se continuavano ad importunarlo. [...] Non passa giorno in cui il padrone suddetto non faccia bastonare qualche colono. [...] Lo stesso proprietario dichiarò più volte che nei suoi affari non hanno diritto di ficcare il naso nè autorità locali, nè Consoli, nè Governo stranieri. Anche il Delegato di polizia ha paura di codesto *fazendeiro* che è sempre circondato dai suoi *capangas*”. *Idem, ibidem*, p. 80.’

84 “per diminuire il debito che hanno verso di loro, applichino multe per ogni futile motivo, o li maltrattino, obbligando così i loro coloni ad emigrare per altre *fazendas*, talvolta a fuggirsene nottetempo, abbandonando il loro credito e in certi casi persino le loro masserizie e gli effetti personali”. BME, 1899, p. 85.

roubou!”. Como resposta, o fazendeiro aplica nova multa, agora de duzentos milréis, por ter me chamado de ladrão”.<sup>86</sup>

Os pequenos e grandes prejuízos dificultavam o acesso a serviços e profissionais que, para deslocarem-se até as fazendas, cobravam honorários muito superiores às possibilidades do colono. A dimensão do ônus pode ser melhor compreendida ao se estabelecer um paralelo entre a remuneração média das tarefas relativas ao cultivo de café e o valor de uma consulta médica. Na colheita de 1890, antes, portanto, da grave desvalorização cambial vivida pelos Longaretti e Salles, o trato de mil pés de café durante todo o ano agrícola era remunerado entre quarenta e cinquenta milréis, e na colheita cada alqueire colhido rendia por volta de quinhentos réis por indivíduo; no mesmo período, uma visita médica podia custar até cinquenta milréis, ou seja, a remuneração de todo um ano de trato. Uma família com dois ou três trabalhadores adultos em quatro ou cinco anos economizava quatro ou cinco contos de réis, valor que poderia ser rapidamente gasto em caso de problema de saúde grave.<sup>87</sup> Em condições nulas de saneamento, as altas temperaturas castigavam diretamente os trabalhadores (e principalmente as crianças) e indiretamente, por meio das epidemias ligadas ao clima tropical. O desconhecimento sobre o país e as próprias condições naturais da hinterlândia favoreciam doenças como “a anemia, a clorose, as febres intermitentes e as moléstias de bichos, de bernes, de mosquitos, etc., que atormentam os

---

85 Rozwadowski. *op. cit.* p. 167.

86 Rossi, *op. cit.* p. 34

87 *Idem, ibidem*, pp. 4 e 18.

pobres colonos”.<sup>88</sup> “Frequêntes são os casos de amarelão, de malária, de doenças causadas pelo clima, pela falta de higiene, pelas alimentação insuficiente e pelo definhamento físico dos colonos”.<sup>89</sup> Uma das mais citadas nas fontes é o tracoma, uma oftalmopatia que causa dor e lacrimejamento.

Se a salvação do corpo pela ação dos especialistas permanecia distante da maioria absoluta dos colonos pelo preço, o mesmo motivo afastava das fazendas os especialistas da alma: “um batismo custa de dez [a] sete milréis; um casamento [de] trinta [a] vinte e sete; um funeral sete milréis”; alcoolismo e demência eram as endemias que acompanhavam os menos afortunados.<sup>90</sup> Não só a dificuldade de comunicação existente no período provocou a ausência de assistência médica entre os imigrantes: os custos representados por uma consulta e pela eventual medicação a ser comprada tornavam proibitiva a procura por auxílio no caso de doença. Assim sendo, o adoecimento de qualquer membro da família representava desgraça dupla, pois além do incômodo causado pela moléstia e do risco de morte envolvido em muitos casos, havia a desgraça pecuniária, de caráter duplo: o afastamento de um membro produtivo do núcleo familiar e as altas despesas com médicos e remédios que acabavam sendo realizadas.

---

88 P. Colbachinni, *op. cit.* p. 296.

89 N. Malnate. *op. cit.* p. 426.

90 “Nos casos mais favoráveis, há a doença da alma: logo o emigrado se sentirá só, e o solitário é um infeliz, um desgraçado, um rejeitado. A lembrança da família, dos amigos, da cidadezinha natal, é o incubo ou o vampiro da alma: o coração é a mais opressora das enfermidades; depois vêm o suplício e a dor inenarrável de descer e subir escadas alheias. Logo os sonhos de felicidade se esfrangalham na realidade de cruéis desilusões, se acumulam todas as angústias do exílio e a mágoa da pátria longínqua.” Ernesto Comucci. *Della emigrazione e del pauperismo*. p. 23-4 *apud* Ianni, p. 108.

Esquecer as misérias da vida embriagando-se só era viável com o abandono de velhos hábitos de consumo e a adoção de novos: uma garrafa de vinho custava quinhentos réis, uma garrafa de “cerveja ordinária”, dois milréis; já a pinga “não custa nem 18 centavos o litro”. O resultado desfavorável da troca foi o surgimento de “uma forma especial de alcoolismo, que poderia ser chamada de *pinguismo*, e que se manifesta em doenças do sistema nervoso”.<sup>91</sup>

Dois últimos aspectos da vida no colonato merecem ser destacados. O primeiro é o isolamento, já citado, que contribuía e agravava a vida tanto objetiva quanto subjetivamente. As visitas de pessoas estranhas ao cotidiano da produção, assim como as saídas dos colonos, só podiam ser realizadas com a anuência dos fazendeiros e administradores. Assim, a sociabilidade ficava restrita aos vizinhos, e as raras atividades de lazer tinham no terreiro de secagem do café seu espaço privilegiado, deixando o colono distante do cotidiano dos núcleos urbanos próximos e dos indivíduos e organizações capazes de intervir em caso de necessidade. O isolamento ajudava os patrões sem escrúpulo e os indivíduos sem caráter a perpetrar as barbaridades que ocupassem seu entendimento.

Com limites pouco nítidos ao seu poder efetivo, o cotidiano nas fazendas ignorava as fronteiras entre a esfera pública e a privada, ou melhor, o fazendeiro tinha todas as condições objetivas de fazer valer suas vontades, por mais inconfessáveis que fossem, sem contestação organizada e consciente da parte dos trabalhadores. Se o objeto dessa vontade fosse o corpo de algum subordinado, poucos escrúpulos haviam para impedir que o desejo se transformasse em ação. “Dias atrás A. queria aproveitar-se de minha cunhada oferecendo cinco milréis. O mesmo queria o filho do patrão, tratando-a com palavrões. [...] O feitor P., tendo obtido a repulsa às

---

91 Rossi, *op. cit.* p. 23.

desonestas propostas feitas [...], jurou vingar-se aplicando multas sobre seus maridos, não exitando em tornar público esta sua censurável proposta”.<sup>92</sup>

### 2.3 Rio Claro, os Salles e os anos da crise

A ocupação original da região de Rio Claro foi iniciada em princípios do século XVIII por fazendeiros de posses que, agraciados com sesmarias, dedicaram-se ao cultivo da cana-de-açúcar e ao tropeirismo; a família Salles, oriunda da região de Santo Amaro e cujos primeiros indícios datam de meados do mesmo século, teria vindo na segunda leva de sesmeiros, por volta do início da década de 1860.<sup>93</sup> Depois de 1862, o açúcar foi cedendo espaço ao café na região, mas o antigo domínio das famílias ligadas à extração da cana-de-açúcar e ao tropeirismo não desaparecer com a hegemonia do café, até porque em grande parte os cafeicultores de hoje eram descendentes dos engenhos de ontem.

Politicamente, Rio Claro tornara-se uma unidade autônoma em 1842, quando se desmembrou da freguesia de Piracicaba.<sup>94</sup> Foi elevada de freguesia a vila em 1845, condição que assegurava a constituição de uma Câmara Municipal, e entre os líderes do movimento de emancipação encontramos Vicente do Amaral Salles, antepassado da vítima.<sup>95</sup> Anápolis, por sua vez, tinha sido freguesia de Rio Claro desde 1890, sendo elevada à categoria de município em

---

92 *Idem, ibidem*, pp. 82-85.

93 O. Penteado. “Como nasceu e cresceu Rio Claro”, in *Rio Claro sesquicentenário*. Rio Claro: Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Silva, 1978.

94 Warren Dean, *op. cit.*, p. 36.

95 Além de Salles, são apontados Lourenço Cardoso de Negreiros e Gabriel de Moraes Dutra. Bilac, *op. cit.*, p. 44.

1897 e ganhando sua denominação atual (Analândia) em 1944.<sup>96</sup> Viveu sempre de forma subsidiária à Cidade Azul, que contava, à época do crime, com uma população em torno de 33 mil habitantes, enquanto Anápolis teria seis mil e quinhentas almas.<sup>97</sup> Por estar situada aos pés da Serra da Boa Esperança, que irá separar o planalto do então chamado Sertão de Araraquara, a cidade tornou-se um pólo econômico regional e seu núcleo urbano adquiriu certo destaque ao final do século XIX. Seus fazendeiros encontravam-se desde o Império entre os de maior influência na política provincial (depois estadual), e mesmo nacional. Além disso, a sede do município era um centro urbano de certo destaque, por sua estação ferroviária, pelas máquinas de beneficiamento e pelos serviços oferecidos.<sup>98</sup> A diversificação de sua economia é um caso exemplar de um processo que viria a se tornar típico de todo o Estado, alcançando-o até suas mais remotas fronteiras. Dessa forma, Rio Claro e região (incluindo aí Anápolis) foram cenário de uma diversificação produtiva que, por ser totalmente subsidiária da atividade de exportação da rubiácea, sujeitou os humores da economia nacional aos ventos e tempestades ocorridos nos mercados compradores, especialmente Estados Unidos e Inglaterra. Os trilhos da Cia. Paulista

---

96 Decreto 105 de 17/12/1890 e Lei 505 de 21/06/1897.

97 Fundação Seade, disponível em <<http://www.seade.gov.br/500anos/>>.

98 “[...] Na segunda metade do século XIX, a vila de Rio Claro já se afirmava como centro regional, acentuando-se essa função com o início do tráfego ferroviário. Intensificaram-se suas funções urbanas, principalmente no que se relacionava à prestação de serviços: foram instalados cartórios, tabelionatos e uma escola, além de armazéns de gêneros de primeira necessidade e aguardente; os serviços urbanos sofreram um melhoramento com os trabalhos de encanamento de água e de reforma da estrada para São Paulo. Em fins do século, a cidade passou por um grande crescimento, ampliação de seu espaço urbano, desenvolvimento comercial, com a instalação de lojas, armazéns, e a ampliação das primeiras indústrias – serrarias, cerâmicas, beneficiadoras de café e arroz [...]” “O setor de serviços públicos também se desenvolveu: em 1884, Rio Claro ganhou sua rede de luz elétrica, em 1895, reservatório de água e, em 1902, serviço de esgoto”. Maria Beatriz Bianchini Bilac. *op. cit.* p. 37.

alcançaram Rio Claro em 1876 e pouco depois se estendiam até Anápolis, de onde partiu o corpo de Diogo Salles para o saimento em outubro de 1900. A introdução da ferrovia representou um enorme salto para a comunicação e a economia da região, que havia padecido quase todo o século XIX com as veredas precárias e a necessidade do emprego de tropas para o escoamento da produção local, veredas e caminhos cuja conservação ficava a cargo dos próprios fazendeiros.<sup>99</sup>

Politicamente, o domínio dos Salles na região estava em seu ápice no momento do assassinato de Diogo. Uma série de vitórias eleitorais ocorrem na seqüência da Propaganda, iniciada na eleição para o Congresso do Estado em 1895, passando pela vitória de Campos Salles na eleição presidencial de março de 1898 e pela disputa pelas vagas de vereador e juízes de paz em dezembro de 1901. Este último pleito teria marcado a resistência organizada do grupo jacobino, agrupado sob a legenda do Partido Republicano Histórico e liderados por Marcelo Schmidt. A disputa entre “jagunços” (salistas) e “históricos” ocorreu, dessa forma, sob as sombras do caso Longaretti; coincidentemente ou não, o pleito municipal de 1904 irá marcar o início da derrocada do sallismo em Rio Claro e a ascensão dos chamados “coronéis urbanos”.<sup>100</sup> O tumultuado segundo julgamento de Angelo ocorre sob a sombra de Joaquim Salles, ocupando naquele momento a presidência da Câmara Municipal. O tumulto político não cessa aí: nessa mesma época (1901) estoura a primeira greve dos ferroviários da Companhia Paulista<sup>101</sup> e, no ano seguinte, os colonos da fazenda Morro Grande, próxima à cidade, cruzam os braços.<sup>102</sup>

---

99 Dean. *op. cit.* p. 54.

100 Neusa Costa Davids, *Poder local: aparência e realidade*. Tese de doutoramento em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro da Universidade de Campinas, 1968.

101 “Greve” in *O Alpha*, n. ° 59, anno I, 17 de setembro de 1901, p. 1.

102 *O Alpha*, no 275, anno I, 05/05/1902

A derrota do sallismo em Rio Claro foi assim descrita:

“Joaquim Salles: aqui jaz quem foi feitor / de escravos e do “pujante” / Sem saber ler (oh! que horror) / Foi deputado constante / canos... cobras... aos milhares / Do povo engoliu – que guellas / ... mas apesar de ser Salles / o Marcello poz-lhe sellas”<sup>103</sup>

A relevância do café como produto econômico na Primeira República só é comparável à supremacia alcançada na ocupação de cargos públicos e eletivos disponíveis por aqueles que o produziam. Subsidiárias eram as iniciativas de diversificação produtiva, assim como o eram as relações políticas e sociais que caracterizavam a região, fazendo com que o aparelho estatal estivesse diretamente vinculado ao capital cafeeiro. O conjunto da burocracia estatal dos mais variados níveis hierárquicos e, em segundo, a classe economicamente dominante, incluindo aí capitalistas das mais diversas atividades, ainda que sempre subsidiárias do comércio internacional do café, eram em grande parte as mesmas pessoas.<sup>104</sup> Uma verdadeira teia de relações familiares pode ser traçada entre a elite da época, e nos casos em que diferentes autoridades não compartilhavam o sobrenome tinham, como interesse mútuo, o apetite do café. Ou, como observava o *Estado de São Paulo* um ano e pouco antes do crime:

- Que é a lavoura em São Paulo?

- Tudo.

Tudo o que nos cerca, tudo o que vemos e o que não vemos, tudo, absolutamente tudo é a lavoura.

Tudo o que não é propriamente lavoura depende diretamente da lavoura, o que vem a dar na mesma.

- Que tem sido a lavoura, até agora, na ordem pública?

---

103 Arquivo particular do sr. José Constante Barreto (Rio Claro) *apud*: Neusa Costa Davids, *op. cit.*, p. 49-50

104 R. M. Perissinoto. *Estado e Capital Cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*, São Paulo: Fapesp; Campinas: Unicamp, 1999.

- Tudo.

Ela elege e é eleita. Ela vota e executa leis, ela paga e faz pagar.

Ide à mais modesta vila do Estado e perguntai quem é o chefe político: um lavrador. O Juiz de Paz é lavrador, os vereadores são lavradores e, se não o são, obedecem respeitosamente ao mando do fazendeiro rico que, queira ou não queira, governa a localidade. No Congresso Legislativo a maioria é de lavradores e na administração superior do Estado também. O secretário de Agricultura é, quase sempre, um lavrador. Subi um pouco mais: quem é o Presidente da República? O nosso patrício Campos Salles, um lavrador (...).<sup>105</sup>

Campos Salles, o lavrador, presidia uma República que representava, em termos práticos, a concretização das ambições de mando dos lavradores como ele. O interior de São Paulo era dinâmica social e economicamente, rico em núcleos urbanos que serviam em vários casos de moradia para determinados fazendeiros e já havia incorporado, mesmo em cargos de prestígio, parte dos imigrantes chegados nos anos anteriores: um exemplo disso é o caso de Rio Claro, pois o delegado que dá início aos procedimentos policiais do homicídio de Diogo Salles é italiano. Nesse contexto, defender os “interesses gerais da nossa agricultura” seria defender os de “todas as classes”.<sup>106</sup> Havia, ainda assim, aqueles que pregavam a necessidade da classe “ eminentemente conservadora ” dos lavradores lançasse “candidatos seus, eleitos para a defesa dos seus legítimos e sagrados interesses”, visto ser a “classe agrícola” a “única realmente poderosa pelos bens que possui, única a sustentar o erário público e a sociedade que lhe vive em torno”.<sup>107</sup>

Diogo Salles tinha sido o comandante-geral do batalhão de reforço “Cívico Rio Clareense” durante a revolta da Armada em 1893, tendo a Marcello Schmidt como major. Os

---

105 *O Estado de São Paulo*, 05/01/1899.

106 Cf: Augusto C. da Silva Telles. “O café em crise”. In: *Revista Agrícola*, ano IV, 15/02/1901. n.º 67. pp. 37-43.

107 A. Gomes Carmo. “Despesa e receita do café”. *Revista Agrícola*, n.º 42.

pleitos seguintes marcam o surgimento gradativo de novas lideranças, alimentadas em parte pelos quadros urbanos, em parte pelo desgaste sofrido pela família Salles com o mandato presidencial e a repercussão do caso.<sup>108</sup> Enquanto Angelo Longaretti permanecia encarcerado, o quadro político rio-clarense abriu espaço para novos elementos, alguns deles imigrantes que tinham ascendido socialmente.<sup>109</sup> O governo de Campos Salles na presidência da província paulista (1896-1900) foi marcado pelos distúrbios provocados pelos protestos e protocolos do cônsul italiano.<sup>110</sup>

Os dados disponíveis mostram uma parcela do patrimônio da família em Rio Claro. Gabriel Domingos de Salles tinha 50 hectares de área, 6 cultivados, 8 mil pés de café. Suas terras valiam quinze contos de réis no total e ocupavam apenas dois trabalhadores brasileiros. Já Joaquim Augusto de Salles, por sua vez, tinha na fazenda Cafezal 165 ha de área, com 75 ha cultivados. Seu cafezal possuía 140 mil pés de café valendo cento e vinte contos de réis. Empregava 10 trabalhadores brasileiros e 45 estrangeiros. No total, trabalhavam na lavoura em Rio Claro 2 mil brasileiros e uma maioria de 3.420 estrangeiros empregados.<sup>111</sup>

O domínio dos fazendeiros em São Paulo, contudo, não foi sempre tranqüilo e sereno. Como notava uma folha da época, era “assaz notável a diminuição da emigração” por aqueles dias.<sup>112</sup> As condições existentes na gestação do colonato não mais existiam à época dos crimes; a grave crise cambial e a queda no preço do café que tiveram lugar em 1897 deixaram marcas no cafezal paulista que não tinham desaparecido completamente nos anos em questão. A

---

108 Dean. *op. cit.* p. 15.

109 Bilac, *op. cit.* p. 58-61.

110 Ayrton Marcondes. *Campos Salles: uma investigação na República Velha*. Bauru: Edusc, 2001.

111 São Paulo. *Inquérito agrícola sobre o estado da lavoura cafeeira no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1904.

112 *Correio da Manhã*. 04/01/1901.

dependência que o Brasil tinha do café e sua crise marcaram de forma definitiva o governo de Campos Salles e vão ser a oportunidade, a exemplo do que havia ocorrido na Itália e se materializado na *Inchiesta Jacini*, para o confronto de opiniões e projetos para a superação das dificuldades experimentadas e para uma crítica de limites estreitos sobre o sistema econômico e social da república brasileira.

“O quadro que se nos ostenta é carregado de cores sombrias: o país em embaraços ante o credor estrangeiro; a moeda desvalorizada e à mercê dos lances de palpites de dez ou doze adestrados em tais artes; os primeiros bancos nacionais a fecharem suas portas pela força da insolvabilidade; as indústrias a braços com toda sorte de dificuldades, ante a absoluta retração do capital e ainda por um sistema alfandegário, que só se move por alguma intervenção forte, favorecendo este ou aquele caso isolado, sem o menor intuito de generalidade capaz de criar ou enraizar no país indústrias suscetíveis de prosperar e enriquecer a nação; o comércio quase paralisado, pelo retraimento dos capitais, sem auxílio algum por parte dos bancos e ainda pela sensível diminuição nas transações; a lavoura a debater-se contra a desvalorização dos seus principais artigos de produção, do lado das crescentes dificuldades de mão-de-obra e conseqüente encarecimento nos gastos de sua manutenção e custeio... por toda parte o desânimo, o desfalecimento!”<sup>113</sup>

Os dilemas e limites do modelo econômico adotado nos anos em questão eram assuntos candentes quando da posse na Presidência de Manuel Ferraz de Campos Salles. Uma baixa generalizada nos preços do café, combinada com a desvalorização da moeda nacional, levou o governo de Salles a renegociar seus débitos junto aos financiadores ingleses antes mesmo de sua posse. Um giro pelos gabinetes dos principais credores brasileiros resultou num acordo inflexível que previa, entre outras coisas, a atrelagem das receitas fiscais do Brasil ao cronograma de pagamento de dívidas, pintando em cores negras o início do mandato presidencial. Sob este céu carregado e ante um horizonte incerto, ganhava um novo ânimo a corrente reformista, que

aproveitou para desancar a imigração nos termos que tinha sido realizada até então e que terá um novo argumento no assassinato de Diogo Salles. Um dos principais canais de expressão destas críticas era a *Revista Agrícola*, veículo que exibia as divergências existentes no seio da agricultura paulista em suas linhas gerais.

A brusca queda no contingente de trabalhadores imigrantes no Estado de São Paulo verificada entre 1897 e 1898 é a consequência mais visível de uma crise ampla.

A crise manifestava-se nas saídas e preços e originava-se no câmbio, afetando obviamente uma economia basicamente voltada para a exportação e que não dispunha de produção de bens de capital. Assim, de 1899 a 1902 o dólar valoriza-se quase 80% em relação à moeda nacional, enquanto a saca de café varia de US\$ 1.93 em 1896 para US\$ 1.11, chegando a US\$ 1.01, quase metade do seu valor. Nesse contexto, as pressões por maiores rendimentos por parte dos fazendeiros deveriam ser sentidas pelos colonos, expostos a condições mais severas de cumprimento de suas tarefas. Têm-se assim um quadro composto de três elementos extremamente desfavoráveis para uma economia agroexportadora: altos estoques, baixa dos preços e aguda desvalorização cambial.

A crise econômica torna mais contundentes as críticas ao sistema de colonato e às condições de trabalho nas fazendas. Um dos pontos em que se concentra a crítica é a atuação das autoridades brasileiras na intermediação e solução das queixas feitas pelos colonos, pois os obstáculos concretos existentes para a reivindicação direta, por parte dos imigrantes, das

---

113 Augusto C. da Silva Telles, "A produção brasileira – apanhados". *Revista Agrícola*. 1900. p. 415.

condições estipuladas em contrato, quase sempre verbais. Como denuncia L. Gioia, ao analisar o êxodo de imigrantes existentes após a eclosão da crise cambial e de superprodução,

“O colono se encontra impossibilitado de obter o pagamento pela via judicial. Daí o triste êxodo de famílias que depois de anos de duro e cansativo trabalho vêm esfumegar seus créditos em promessas quiméricas, e são constrangidos a recomeçar em outra fazenda, sob um proprietário supostamente mais justo e humano, a sua árdua tarefa”.<sup>114</sup>

---

114 L. Gioia, BME, “I coloni italiani nello Stato di San Paolo (Brasile)”. 1899, p. 86.

### **CAPÍTULO III – O PROCESSO LONGARETTI**

O mundo das fazendas como retratado pela imprensa e pelos cônsules é o pano de fundo sobre o qual os depoimentos das testemunhas são construídos no processo criminal. As dúvidas sobre a remuneração, o emprego disseminado da coação violenta, a ausência de meios para defesa de interesses e contra abusos, tudo surge nas respostas às perguntas feitas pelos policiais e juízes.

O assassinato ocorreu, assim, no final do período de colheita, momento em que as contas das cadernetas eram feitas e a remuneração monetária daquele ano era definida, momento de planos para o futuro e de avaliação dos últimos meses. O crime se deu em pleno cafezal, “próximo a casa, distante quarenta metros mais ou menos”, local onde o corpo de Diogo é encontrado pelos peritos, sendo assim testemunhado por vários trabalhadores que naquele momento executavam a colheita. Das 18 testemunhas convocadas a depor no primeiro processo contra Angelo Longaretti e nos ajudam a reconstituir partes do cotidiano da fazenda Nova América, além dos pais e irmãs de Longaretti, mais seis podem ser consideradas colonos, apesar de declararem outra ocupação nos seus depoimentos. Metade testemunhou o crime e metade não, e quase todos eram empregados de Diogo Salles na Nova América. As perguntas feitas buscam o motivo, o comportamento pregresso, a possibilidade de premeditação e a causa de a arma estar presente naquele instante. Algumas testemunhas são intimadas após conclusos os autos, várias

	Nome	idade	alfabetizado	presenciou	estado civil	profissão	naturalidade
inquérito	1. Penduli Clementina	43	Sim	Sim	Casado	Colona	Itália
	2. Isabel Longaretti	15	Não	Não	Solteiro	Colona	Itália
	3. Deodata Longaretti	17	Sim	Sim	Solteiro	Colona	Itália
	4. Perina Maria Longaretti	19	Não	Não	Solteiro	Colona	Itália
	5. Francisco Longaretti	53	Sim	Sim	Casado	Colono	Itália
	6. José Procópio	50	Não	Sim	Solteiro	Trabalhador	Brasil(Minas)
	7. Brasílio Antônio Sabino	40	Não	Sim	Casado	Trabalhador	Brasil (Piauí)
	8. Antonio Buzo	32	Sim	Não	Casado	Trabalhador	Itália
	9. Augusto Ranieri	21	Não	Não	Solteiro	Trabalhador	Itália
	10. José Passarela	20	Sim	Não	Solteiro	Lavrador	Itália
	11. Inocêncio Passarela	23	Sim	Sim	Solteiro	Lavrador	Itália
	12. Raul Salles	21	Sim	Sim	Solteiro	Lavrador	Rio Claro
	13. Angelo Ruy	43(33)	Não	Sim	Casado	Lavrador	Itália
	14. Henrique Cranquiniato	35	Sim	Não	Casado	Fabricante de cerveja	Itália
	15. Cesari Dellonze	50	Sim	Não	Solteiro	Carpinteiro	Itália
	16. Acorde Iginio	41	Sim	Não	Casado	Proprietário	Itália
	17. Narciso Menice	43	Sim	Não	Casado	Negociante	Itália
júri	Inocêncio Passarela	não comparece ao júri					
	José Passarela	não comparece ao júri					
	Ângelo Buzo	não comparece ao júri					
	18. Florentino Kannebley	26	Sim	Não	Casado	Empregado público	Limeira

delas não são encontradas e parte dos que depõem não prestou informações relevantes da cena. O delegado auxiliar que inicia as investigações é substituído no decorrer do inquérito, que fica a cargo do titular. Os parentes de vítima e autor são classificados como “informantes”, ficando isentas de prestar juramento. Na tabela a seguir, vemos a relação das testemunhas:

As autoridades policiais moveram-se com uma velocidade incomum assim que chega a notícia do assassinato, conforme noticiou a imprensa da capital:

“Partindo da capital, às 7 horas e 20 minutos da noite, de [3 de outubro de 1900], chegou [o delegado-auxiliar Adolpho Maia] à vila de Anápolis às 2 horas da madrugada. Dali, em troles [...] seguiu, com a força que o acompanhava, para a fazenda do coronel Diogo Eugenio de Salles, onde chegou às 6 horas da manhã. Na fazenda, iniciando o inquérito, interrogou 4 testemunhas que haviam presenciaram o homicídio. [...] Tornado à vila de Anápolis, ali encontrou, detidas, diversas pessoas da família do criminoso, em número de seis, e quatro outras, que podiam dar esclarecimento sobre o fato”.<sup>115</sup>

As quatro primeiras testemunhas citadas pelo *Estado* eram todos empregados dos Salles: José Procópio, Basilio Antonio Sabino, Antonio Buzo e Augusto Ranieri. São convocados separadamente do restante das testemunhas por ordem do delegado. Todos se definem como “trabalhadores” e apenas os dois primeiros presenciaram o crime. Seus depoimentos são a base do pedido de prisão preventiva do acusado. A descrição da conversa final de Diogo Salles é dada por José Procópio e é confirmada, em suas linhas gerais, por Brasília Sabino, empregados da Nova América. Procópio diz que:

“ouvei o falecido dizer a Longaretti pai que se retirar-se de sua fazenda juntamente com sua família, ao que foi respondido por Longaretti que isso não faria antes do fim do ano. Que exasperou-se o falecido com essa resposta de Francisco Longaretti e brandamente com a mão empurrava-o dizendo: - ‘Vai-te embora, vai-te embora’. Nesse momento Angelo Longaretti sacou da garrucha que tinha à cinta e atirou contra o coronel Diogo Salles, que caiu quase que fulminado”.

Os parentes de Angelo intimados são seus pais e três irmãs, que depõem no mesmo dia que seus colegas de trabalho. Destes, apenas uma jovem de 15 anos não presenciou o tiro por estar em casa na hora. Nenhum dos Longaretti detalha o motivo da discórdia, afirmando

basicamente que após uma discussão e agressões físicas da parte dos patrões Angelo sacara a garrucha. A mãe, Penduli Clementina, diz que após seu filho ver “seu pai caído no chão por diversos socos que lhe havia dado o mesmo coronel’ cometeu o crime, depoimento semelhante ao de Francisco, o pai. Perina, Deodata e Isabel Longaretti, irmãs do acusado, nada dizem diretamente sobre a cena e o motivo nesse momento, embora cite alguns dos interesses de Raul Salles pela família: no caso, as tentativas de “manter relações libidinosas” com Isabel, de 15 anos.

Quatro dias depois depõe Raul, acompanhado de José Passarela, seu irmão Inocente e Angelo Ruy, todos colonos na fazenda e testemunhas oculares declaradas. No dia seguinte, mais três (Henrique Cranquignato, Cesare Dellonze, Ignyio Acorde) e finalmente, no dia seguinte, Narciso Menice. Todos são italianos, porém nenhum deles é colono: definem-se respectivamente como “fabricante de cerveja”, “carpinteiro”, “proprietário” e “negociante”. Nenhum deles presenciara o crime, mas sabiam “por ouvir dizer” que o assassino era o jovem lombardo. Os três primeiros confirmam a discussão, e nenhum cita as tentativas de Raul em relação às jovens. Todos os quatro elevam a figura de Diogo Salles, homem das “mais lisonjeiras referências”, homem “muito estimado e considerado um bom feitor de Anápolis”, “patrão muito distinto” e que iria “fazer muita falta para o progresso” de Anápolis.

Os depoimentos do fabricante de cerveja Henrique e do negociante Narciso Menice, no entanto, são os que mais chamam a atenção. O de Henrique é o único que indica um hiato

---

entre a alteração no cafezal e o disparo. Para ele, era “certo nesse momento Angelo estava ausente, daí partiram [pai e filho] em busca da garrucha e ao voltar [...] ainda estava o coronel que foi de surpresa ferido mortalmente por Angelo”. Ao mesmo tempo que presta uma informação extremamente prejudicial ao réu, reforça a versão da família ao dizer que “há dois meses e meio escreveu uma correspondência para uma folha italiana de São Paulo, atacando um filho do coronel Diogo, poder constar que o mesmo tentara contra a honra de uma colona de menor idade, irmã de Ângelo que levou-se pelo vizinho nesta vila”. A folha italiana em questão é a “La penna”, e por ter cometido essa ousadia o depoente foi castigado pelo coronel, e mesmo depois desse fato “continuou a estimar o coronel porque entendeu que o mesmo tinha toda a razão”.

Já o do negociante Nemice conta que “no meio de junho Angelo Longaretti veio ao negócio dele depoente e queixou-se a ele depoente, [o] delegado de polícia, e [o] Alferes comandante do destacamento que tinha brigado com o filho do coronel Diogo Salles”. A raiva suscitada pela discussão levava Angelo a declarar que “enquanto não acabasse com a família do coronel Diogo Salles não ficaria sossegado”. Após expor suas queixas às autoridades, Angelo fora “recolhido ao xadrez até que o mesmo delegado voltasse da fazenda”, sendo solto pouco depois e voltando para a lida na Nova América. Angelo era, na sua visão, “um indivíduo mau, a ponto de chegar a bater em seus pais”, enquanto Diogo Salles era “um homem bom e estimado dos seus colonos a quem os tratava bem”.

Em resumo, os depoimentos do inquérito dividem-se em três grandes blocos: o primeiro, composto pelas primeiras testemunhas convocadas, é composto por colonos da Nova América e seu conteúdo é, em linhas gerais, desfavoráveis a Angelo. Abordam a discussão

ocorrida entre o coronel e os colonos, indicam uma atitude desafiadora por parte dos lombardos e pouco mais informam. O segundo bloco, em que estão presentes os familiares, apresenta uma questão ignorada pelos demais, a saber, as tentativas de sedução realizadas por Raul Salles, mas também prejudica o jovem colono: sua mãe atribui o fato de Angelo portar a arma “por motivo de pinga”; Isabel, sua irmã, diz que o jovem “era de bons costumes e que só uma vez deu um soco em seu pai e sua mãe”, enquanto Perina afirma que a garrucha era “para matar o seu pai e sua mãe, visto seu pai e sua mãe se opunham ao casamento dele [...] com uma moça da colônia”. Nenhum dos familiares vincula o crime ao assédio de Raul.

O terceiro bloco, no qual depõe o jovem coronel com mais três colonos seus, é francamente desfavorável ao acusado. Salles afirma que “tanto ele como seu pai constantemente recebiam queixas” dos lombardos, pois “sempre [tinham] questões com seus patrícios maltratando-os”, sendo impossível sua permanência na Nova América porque semeavam “a discórdia entre os colonos pelas constantes rixas que levantavam”. Raul ainda “supõe que houvesse um trama político para tratarem contra a existência do seu pai, e Longaretti fosse o instrumento escolhido”. Os três colonos insistem no comportamento inaceitável dos lombardos, que “portavam-se muito mal, [...] sempre com rixas com os colonos seus patrícios”, mas destacam o fato de seu falecido patrão gozar “de muita estima entre os seus colonos porque era [...] carinhoso, justiceiro, que tinha o costume de tratar aos seus empregados com urbanidade, pelo que sempre conquistava a estima dos mesmos, sendo de igual conduta seu filho [...]”, não havendo assim na colônia “o mais leve murmúrio contra o coronel”.

As quatro últimas testemunhas têm em comum o fato de não serem colonos e ocuparem profissões autônomas, distantes portanto do cotidiano da fazenda. Nenhuma presenciou

o crime, mas são capazes de afirmar que Angelo era um indivíduo de “pouco falar”, “um mau filho [que] mais de uma vez levantou a mão contra seus pais”. Como moradores da vila, indicam os acontecimentos anteriores envolvendo Angelo, como a correspondência denunciando as tentativas de sedução e sua detenção por ter feito queixa do fato ao delegado. Com base no conjunto dessas imagens, o promotor público oferece a denúncia do jovem afirmando que “pelas provas colhidas no inquérito parece havia premeditado o crime”, indicando a ocorrência da discussão e do empurrão de Diogo Salles em Francisco Longaretti, pois este “atrevidamente respondia à ordem de abandonar a fazenda onde se tornara, juntamente com sua família, um elemento de discórdia”. A tese da premeditação implica o enquadramento do autor em duas circunstâncias agravantes, a despeito de a hipótese ter sido aventada por apenas uma das testemunhas, filho da vítima.

As mesmas testemunhas são chamadas a depor na fase seguinte ao inquérito, a formação do sumário da culpa. As versões tomadas no calor da hora ganham novas roupagens, e o primeiro a reconsiderar suas posições anteriores é o coronelzinho. Diz ele, exatamente um mês depois do crime, que seu pai “empurrou brandamente” o velho lombardo, “caindo propositalmente”. Indica que as rixas dos Longaretti com as outras famílias, “e principalmente com a família César Ragnieri,” eram causadas “por causa de um casamento tratado entre Angelo e Margarida Ragniere”. O “péssimo filho”, no entanto, “era íntimo amigo do depoente”, e mesmo assim ele, depoente, acreditava “que ouve (sic) premeditação”. A amizade entre Raul e Angelo é confirmada pela irmã Isabel, e a premeditação por Deodata (“foi mandado praticar o crime”). Deodata Longaretti, juntamente com seu pai Francisco, confirmam a rixa com a família Ragnieri, citando que “César Ragnieri espancara a mãe” dela momentos antes do crime, “estando Angelo

presente que aplaudiu este ato”, “intervindo Raul Salles para apaziguá-lo”. Todos os outros depoimentos do sumário confirmam que Angelo nunca andava armado e confirmam, em linhas gerais, os depoimentos do inquérito.

Após isso, o processo fica parado. De novembro de 1900 até março de 1901 pouco se faz em relação ao caso, e quando há determinação para intimação de testemunhas estas não são encontradas. Angelo ainda está foragido, Raul não é encontrado e os irmãos Passarela, cujos depoimentos lançavam luzes difusas sobre a tentativa de sedução, também desaparecem. Para o lugar de José Passarela é convocado outro italiano, Antonio Puzo, que também não é achado; para seu lugar intima-se a Florentino Kannebley, empregado público. Kannebley não assistiu ao crime e limita-se a reafirmar, por ouvir dizer, que o homicídio ocorrera após uma discussão. Nesse momento, o juiz da comarca indica a conveniência de “encerrar-se esse processo tão demorado”. Nesse meio tempo, Angelo Longaretti é encontrado.

O acusado é detido no dia 18 de maio de 1901 na cidade de Indaiatuba. Ele estaria trabalhando em outra fazenda no município, e sua prisão ocorre pela denúncia de um compatriota, “certo Emilio Zanotti”, motivado pela promessa de uma recompensa de “dez contos de réis” que, na prática, tornou-se “a mesquinha soma de cem milréis”. A prisão de Longaretti desperta a atenção do representante consular no Rio de Janeiro, que exige da polícia de São Paulo a defesa do réu ante as ameaças que pairavam sobre ele.<sup>116</sup> Pela primeira vez colocado perante as autoridades no dia 24 de maio, responde às perguntas pessoais (nome, idade, origem) e afirma que das testemunhas do processo “conhece todas, menos José Procópio e Florentino Kannebley, e que quanto às testemunhas nacionais as conhecia de pouco tempo, e quanto as estrangeiras há

quatro anos mais ou menos”. Ao ser inquirido sobre os motivos e provas a alegar sobre sua inocência, responde que não podia continuar “sem que fosse nomeado um intérprete, isto como entende mal o português”.

A partir da nomeação do intérprete, o réu irá dizer que “a garrucha de sua propriedade [...] lhe foi dada em pagamento pelo filho do assassinado”, “o qual vivia rondando a casa da família do interrogado desde muito tempo, com fim de seduzir sua irmã”. Sentindo-se perseguido por Raul, teria assistido ao coronelzinho chegar ao cafezal “armado com uma foice e mais pessoas” para expulsar sua família, chegando depois o coronel “armado com um porrete”. Os Salles não teriam dado tempo para sua família preparar-se para a partida, e o dia do crime teria sido a primeira oportunidade em que os patrões dispensavam os serviços deles colonos, ao contrário do que afirmam as testemunhas anteriormente ouvidas. A expulsão, “isso assumiria caso tivesse as suas contas liquidadas”.

Encontrado o réu, a promotoria pretende provar, além da autoria do assassinato, que o crime tinha sido praticado com “surpresa”, por “motivo reprovável” e “contra o legítimo superior”. Em vista dos agravantes enunciados, pedia-se a pena máxima prevista no Código Penal da época. A sessão do júri, marcada para 27 de junho, ocorre efetivamente no dia 4 de julho. Como testemunhas de defesa são chamados novamente Florentino Kannebley, o empregado público, e Augusto Ranieri, Brasílio Sabino, José Procópio e Angelo Ruy, os colonos dos Salles que tinham presenciado o fato. A defesa de Longaretti convoca oito testemunhas: os irmãos

Passarela, Augusto Ranieri e seu irmão Ernesto, Miguel Covello, intérprete no depoimento, dr. Cândido Rodrigues, fazendeiro, e mais dois colonos de outra fazenda. De todas, a única que comparece é Ernesto Ranieri, por ou não serem encontradas ou por impedimentos declarados.

Angelo perante o júri irá dar uma nova dimensão ao que afirmara anteriormente.

Citando longamente:

“[...] pediu ao cel. Diogo Salles que desse o prazo ao mesmo de três dias para arrumarem a bagagem para poderem retirarem-se, no que não anuiu insistindo na retirada imediata. [...] Durante quatro anos foram muito bem tratados durante a administração de seu filho Jorge já não acontecendo durante a administração posterior de seu filho Raul, não só foram maltratados como outras famílias dos colonos. [...] Por vezes tentou retirar-se mas foi obstado pelo cel. que ameaçava queimar-lhe até a roupa e que não pagaria as contas da caderneta que andavam em dois contos e tanto e fora o trabalho do ano seguinte. [...] foram contidos na fazenda o interrogado e sua família sob ameaças e prisões de capangas a noite cercando a sua casa apesar de insistirem na retirada. [...] O fim desse cerco foi para raptar suas três irmãs de nome Perina, Deodata e Isabel e que se não fosse um cão que os intimidou, não matando o cão para não serem pressentidos após se abrir a porta o interrogado [...] contando com o auxílio dos outros colonos pela ameaça feita; disse mais que dias antes do crime Raul foi a casa do interrogado chamá-lo para irem ao cafezal e como não anuísse foi depois preso e recolhido a cadeia de Anápolis sendo solto no mesmo dia e que atribuía o convite a que se referiu ao plano de raptar suas irmãs ou de assassina-lo no cafezal para ficar livre dos embaraços criados pelo interrogado. [...] A garrucha de que se serviu foi de Raul que afinal a deu em troca de serviços agrícolas.

Raul Salles, na sua fala, insiste na brandura das ordens dadas de retirada da fazenda e do empurrão dado no velho Longaretti, e diz que:

é inteiramente falso que tivesse procurado atentar contra a honra de qualquer das irmãs do acusado bem como tivesse com diversos capangas assaltado a casa da família Longaretti para raptar as filhas, disse mais que é verdade que dera em pagamento ao réu a garrucha com que foi cometido o crime. [...] Não tinha inimizade com o réu com quem conversava [...]. Quando despediu a família esta não reclamou honorários do seu trabalho, disse que não fez o pagamento na ocasião

porque segundo o contrato só era obrigado a fazer no fim do ano pagamento geral. [...] Mais ou mais no mês de julho antes do fato, veio [Angelo] a vila de Anápolis onde foi preso segundo ele depoente ouviu dizer por ter-se embriagado e que nesta ocasião a autoridade policial, a chamado de seu pai, fora a fazenda porque os colonos embravecidos, julgando que a prisão de Angelo havia sido requisitada pelo pai dele depoente. Que os colonos a que acabou de referir se protestavam não voltarem ao trabalho, mas que antes de chegar a autoridade o pai dele depoente já havia combinado com os colonos continuarem a trabalhar, que então ele depoente montou a cavalo foi a Anápolis e fez soltar Angelo que voltou a continuar a trabalhar. [...] Meses antes do conflito e morte de seu pai Angelo fora a fazenda do dr. Candido Rodrigues que Angelo não podia mudar-se visto pertencer a uma fazenda que tinha contrato na fazenda dele depoente sendo o dito Angelo o mais forte dessa família que só no fim do ano poderia retirar-se.”

O “coronelzinho” acaba confirmando as relações com o acusado e a entrega da arma homicida. Confirma também que não pretendia pagar as contas da família no momento da despedida e, mais interessante, revela a solidariedade por parte dos colonos da Nova América como reação à notícia de prisão. As testemunhas seguintes irão ajudar a desmontar a imagem de bons patrões que fora construída no inquérito, como Angelo Ruy ao afirmar que “por diversas vezes viu o coronel maltratar outros colonos”, citando o caso de um “com quem uma vez o coronel discutiu por causa de grama no terreiro e que por essa ocasião o colono foi embora da fazenda perdendo um conto de réis”. Questionado porque não informara isso antes, alega “ter sido forçado pela polícia de Anápolis e que esta pressão consistiu em a autoridade dizer muito zangado e batendo com os pés que falasse direito que se não a autoridade ficava zangada”. Augusto Ranieri afirma que o coronel “às vezes era bom e outras não era”, que “a colônia revoltou-se protestando não continuar mais a trabalhar” quando soube da dispensa da família e da prisão de Angelo em Anápolis e que “este nunca levantara os braços contra seus pais e que era bom filho”.

A grande surpresa do julgamento ocorre nos depoimentos dos familiares de Angelo. Deodata nega que tenha afirmado no sumário acerca de ser o acusado “um mau filho inimigo da família”, “não sabendo explicar porque motivo está isso escrito nos autos”. A tentativa de invasão da casa e de rapto é confirmada, além das intenções de mudar-se para a fazenda da testemunha convocada, dr. Cândido Rodrigues, que teria sido obstada pela mulher de Diogo Salles pela promessa de que Raul seria retirado da administração da fazenda. Francisco Longaretti também nega partes do seu depoimento, especialmente aquelas relativas aos hábitos de Angelo e às suas intenções em andar armado.

O resultado do processo é a condenação de Angelo a vinte e um anos de prisão e custas do processo. O seu advogado protesta e pede um novo júri, que só é efetivamente instalado mais de um ano depois, em 10 de junho de 1902. Nesse período, o promotor público que iniciara o processo afasta-se de suas funções para reaparecer, às vésperas da segunda sessão, como auxiliar da acusação nomeado pela viúva de Diogo, dona Geraldina Salles, que após a morte mudara-se para Itapetininga. Os sucessivos adiamentos são decorrentes de uma série de cartas precatórias expedidas para as comarcas de Araraquara e São Carlos do Pinhal, precatórias que tinham como objetivo reconvocar as testemunhas para depor, mas que acabavam tendo um efeito protelatório significativo. Instalada finalmente a sessão, Angelo tem sua pena reduzida a 10 anos e meio mais custas, permanecendo preso até dezembro de 1908 quando, mediante acórdão do Supremo Tribunal Federal, a pena é novamente reduzida e o acusado é finalmente solto.

Muitas e variadas perguntas ainda podem ser colocadas ao processo e aos testemunhos que chegaram até nós, mas daquilo que vem à tona é possível verificar, na rotina da fazenda Nova América e nas relações de trabalho vividas pelos lombardos, o mesmo tipo de

problemas e denúncias que tomavam as páginas da imprensa e os documentos das autoridades. A falta de garantia dos direitos básicos relativos ao trabalho e à vida, a interferência dos fazendeiros na ação das autoridades e a estreiteza de possibilidades disponíveis no colonato surgem na voz de personagens reais, que tanto contribuem para reforçar aquilo que já foi estabelecido pelos estudos da imigração como relativizam algumas considerações consagradas. Esperamos que o uso de casos e personagens isolados como os Longaretti ganhem as páginas da produção científica, como forma de alargar as possibilidades de interpretação do fenômeno e de dar vida a processos importantes, que afetaram a vida de gente de carne e osso.

## CONCLUSÃO

A principal contribuição do caso Longaretti à compreensão do fenômeno imigratório no Brasil ocorrido ao final do século XIX é sua capacidade de colocar em destaque, para a compreensão dos processos históricos operantes naquele momento, dados e possibilidades de pesquisa em parte obscurecidos. O primeiro ponto que chama a atenção é o caráter das relações econômicas existentes naquele momento da lavoura paulista. A possibilidade estreita de poupança ao alcance de uma família de colonos dependia de uma série de condições, e os créditos que amealhavam nas sucessivas colheitas eram sistematicamente administrados pelo fazendeiro para o controle de sua mão-de-obra. Os ganhos dos anos na lavoura eram de difícil recuperação em caso de inadimplência do patrão, e a reivindicação do devido podia obter como resposta a violência direta.

A violência não se aparecia apenas na resolução de pendências monetárias, mas era amplamente disseminada como instrumento de demarcação dos territórios sociais de cada um na lavoura paulista. Patrões, camaradas e autoridades tinham, ao contrário dos imigrantes, o salvo-conduto no uso do porrete como instrumento de educação para o trabalho intensivo. A violência era, no colonato, componente da vida cotidiana, disseminando-se para além das relações econômicas ou monetárias.

Os personagens que povoam as páginas do processo estudado dão voz à violência citada e também a componentes pouco explorados da vida social na lavoura, especialmente às relações entre patrões e empregados. Angelo Longaretti e Raul Salles são pólos de uma relação complexa, plena de medições e de interesses conflitantes, cada qual capaz de atrair para si dados específicos de caracterização. De um lado, patrões respeitáveis; de outro, colonos desafiadores; aversão e interesse mútuo povoavam o convívio desses dois grupos e são revelados pelo processo.

As fronteiras entre o aceitável e o inaceitável, do ponto de vista do colono, manifestam-se de forma contundente na trajetória de Angelo Longaretti réu, em verdade testemunha de uma experiência histórica fundamental na modernização da sociedade brasileira. As relações de poder que o cercavam ganham voz nas concordâncias e divergências dos testemunhos processuais, que ajudam o historiador a reconstituir o cotidiano de trabalho e as condições de vida de um contingente enorme, agentes de um processo brutal de reconfiguração de um espaço.

Outra indicação importante apontada pelo processo reside na capacidade de reação e organização dos colonos aos atos de seus patrões. Atos que escancaradamente ultrapassavam a fronteira do justo, como a detenção de Longaretti antes do assassinato, foram respondidos de forma coletiva e organizada, fato cuja excepcionalidade naquele contexto pode ser parcialmente contestada. A razão das agruras da família Longaretti, o desejo de que eram objeto as filhas, são o indicativo parcial de uma situação, se não disseminada, ao menos freqüente a ponto de ser notada.

Dessa forma, acreditamos que o assassinato de Diogo Salles, um caso entre tantos de morte e violência, dá a oportunidade de conhecermos melhor sobre como dominavam os fazendeiros o interior paulista, a forma como agiam as autoridades e quais eram as condições de

vida nas fazendas. Aprofundar o conhecimento histórico sobre a imigração pode significar dar visibilidade, de forma consistente, às trajetórias singulares dos indivíduos que dela fizeram parte.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes primárias

Nuova Gazzetta di Bergamo

La Riforma Sociale

O Estado de São Paulo

Correio da Manhã

La Battaglia

Fanfulla

Revista Agrícola

Avanti!

La rassegna nazionale

### Fontes secundárias

ALMEIDA, Nelson Martins de. *Álbum de Rio Claro – documentário histórico ilustrativo do município de Rio Claro*, 1951.

ALVIM, Zuleica. “Lavoro femminile ed economia domestica nelle fazendas di San Paolo all’inizio del secolo”. *Rivista Studi Emigrazione*, Roma, v. 20, n. 6. p. 237-46, junho 1983.

BASTOS, Irineu Azevedo. *A violência na história de Bauru*. Bauru: Edusc, 1996.

- BATISTA Filho, Olavo. *A fazenda de café em São Paulo*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1952.
- BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BERTARELLI, L. V. *Lombardia: con 26 carte geografiche, 12 piante di città, 20 pianti di edifici e 31 stemmi*. Milano: CTI, 1939, c1930.
- BERTONHA, João Fábio. “A imprensa italiana em São Paulo”. *Encime - Revista da Associação dos Professores de Italiano do Estado de São Paulo*, no. 8, 2001.
- BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As elites políticas de Rio Claro – recrutamento e trajetória*. Piracicaba/Campinas: Editora Unimep/Editora da Unicamp, Centro de Memória da Unicamp, 2001.
- BOEHRER, George. *História do Partido Republicano no Brasil (1870-1889)*. Ministério da Educação e Cultura, Serviço de documentação, Imprensa Nacional, 1954.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- CAMPOS, Zulmiro de. *O centenário de Rio Claro*. Rio Claro, 1927.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Jeanne Berrance de, WITTER, José Sebastião. “Arrolamento das fontes primárias de Rio Claro”. *Revista de História* (separata), no. 58. São Paulo.

- CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra – moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp / Cecult, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Èpoque*. São Paulo: Unicamp, 2001.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- DAVIDS, Neusa Costa. *Poder local: aparência e realidade*. Orientador: Cândido Procópio Ferreira de Camargo. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Rio Claro; Universidade de Campinas, 1966.
- DAVIS, John Anthony. *Conflict and control: law and order in nineteenth century Italy*. New Jersey: Atlantic Heights, 1988.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- DIAS, Maria Odila S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. *Rio Claro e o café (1850-1900)*. Orientadora: Jeanne Berrance de Castro. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1973.
- FAUSTO, Bóris. *Crime e cotidiano – a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERRAZ, J. Romeu. *História do Rio Claro*. São Paulo: Tipografia Hennies Irmãos, 1922.
- FITZGERALD, McLENNAN, PAWSON. *Crime and society – readings in history and theory*. London: The Open University Press, 1981.

FOESTER, Robert F. *The italian emigration of our times*. New York: Arno Press and The New York Times, 1969.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas*. São Paulo: 1953.

FRANZINA, Emilio. *Gli italiani al nuovo mondo - L'emigrazione italiana in America 1492-1942*, Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1995.

\_\_\_\_\_. *La grande Emigrazione - L'esodo dei rurali dal Veneto durante il secolo XIX*, Marsilio Editori, Venezia, 1976

FROW, John. *Marxism and literary history*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

GABBACCIA, Donna Rae. *Militants and migrants – rural sicilians become american workers*. Rutgers University Press, 1988.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. *Trabalho e resistência: os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto*. Orientador: Teresa Maria Malatian. Dissertação (mestrado). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista. 1993

GIMENEZ, Dolores Dirce. “O processo Longaretti”. In: *Arquivo – publicação comemorativa do 176º aniversário de Rio Claro*. Rio Claro: Arquivo público e municipal, 2003.

GRAHAN, Richard. *Cientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HALL, Michael. “Italianos em São Paulo (1880-1920)”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 1979.

\_\_\_\_\_. “Reformadores de classe média no Império brasileiro: a Sociedade Central de Imigração”. *Revista de História*, São Paulo, 1976.

- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Paz e Terra, 1992.
- HOBBSAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café – café e sociedade em São Paulo 1886 – 1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUGHES, Steven. “Brigands, mafiosi, and others: Italy”. In: EMSLEY, Clive. KNAFLA, Louis. *Crime history and histories of crime: studies in the historiography of crime and criminal justice in modern history*. Westport, CT: Greenwood Press, 1996.
- HUTTER, Lucy Maffeu. *Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914: o processo imigratório*. São Paulo: Inst. de Estudos Brasileiros/CESP, 1986.
- IANNI, Constantino. *Homens sem paz*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- KERTZER, David I. *Family life in Central Italy, 1880-1910 – sharecropping, wage labor, and coresidence*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1984.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores da Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERNANDES, Marieta e AMADO, Janaina (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- LIMA Filho, Henrique Espada Rodrigues. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. Orientador: Edgard Salvadori de Decca. Tese (doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- MALLON, Florencia E. "The promise and dilemma of subaltern studies: perspectives from Latin American history". *American history review*, 99 (5). Dezembro 1994.
- MARCONDES, Ayrton. *Campos Salles: uma investigação na República Velha*. Bauru: Edusc, 2001.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo*. São Paulo: Martins Editora, 1945.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.
- McLAUGHLIN, Virginia Yans. *Family and community – italian immigrants in Buffalo, 1880-1930*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1977.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. SP: Hucitec, Polis, 1984.
- MUIR, Edward. RUGGIERO, Guido. *History from crime*. Baltimore: John Hopkins University, 1994.
- OLIVEIRA, F. A. M. de. "Famílias proprietárias e estratégias de poder local no século passado". *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 9 (17) – 1988-1989.
- PENTEADO, E., CORDES, E. B. *Rio Claro no primeiro centenário da sua fundação*. São Paulo: Diário da Noite, 1927.
- PENTEADO, O. "Como nasceu e cresceu Rio Claro", in *Rio Claro sesquicentenário*. Rio Claro: Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Silva, 1978.

- PEREIRA, Aloysio. “O assassino do major Diogo de Salles”. In: *Coisas da nossa história*. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, 1985.
- PERISSINOTO, Renato M. *Estado e Capital Cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*, São Paulo: Fapesp; Campinas: Unicamp, 1999.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas – a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- RIBEIRO, M. T. Janine. *Desejado e temido: preconceito contra o imigrante italiano em São Paulo na Primeira República*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1985.
- ROSOLI, Gianfausto (org.). *Emigrazioni Europee e Popolo Brasiliano*, Centro Studi Emigrazione, Roma, 1987.
- ROTH, G. *Potere personale e clientelismo*. Torino: Einaudi, 1990.
- SECRETARIA DE AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Inquérito agrícola sobre o estado da lavoura cafeeira no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1904.
- SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Os presidentes – Campos Salles*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.
- STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. org. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel: Istituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.